



ELO



PORTE
PAGO

ANO V
NOVEMBRO
1979
N.º 77
MENSAL
PREÇO 10\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção
Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Director
JOÃO MATIAS DE VASCONCELOS

Composto e impresso nas oficinas
Empresa Pública dos Jornais Século e Popular (EPSP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Editorial

Dezembro, mês do Natal.

Festa religiosa para alguns, razão de jantaras para outros e — porque não? — motivo de tristeza para tantos.

Bela época para se fazerem pazes, para se testemunharem inimizades, desavenças e antipatias.

É vulgar neste ou naquele canto do Mundo os exércitos fazerem tréguas e festejarem as suas consoadas. É na verdade um dia belo, ou pensando melhor, é um dia hipócrita.

Os Contratos

Quantas vezes o fazer as tréguas e o perdoar têm efeito só por um dia! No dia 26 de Dezembro, onde estão os homens que na véspera cantaram hinos de paz e concórdia, como estão os estômagos das crianças desprotegidas e nascidas em lares pobres?

Não vale a pena sonhar com o eternizar do dia de Natal. Com a mesma euforia com que nasce, assim morre. Natal quer dizer nascimento. Que poderá nascer para nós, Deficientes Portugueses, neste Natal?

Está em marcha, com a promoção da APD e ADFA, a realização do Congresso Nacional de Deficientes.

Com ele, as duas Associações propõem-se levar ao debate nacional os problemas que mais afligem os deficientes em Portugal. São eles, deficientes organizados ou não, que vão nas zonas mais remotas de Portugal discutir o que querem e o que os afecta. Será uma grande jornada de estudo e consciencialização.

Normalmente atrasados em relação ao resto do Mundo, iremos discutir e reivindicar aquilo que noutros países já há muito tempo está instituído como direitos.

De qualquer modo o que é necessário é arrancar, o que é necessário é consolidar aquilo que de positivo já se alcançou.

Dezembro, mês do Natal. Façamos força, ultrapassemos problemas, lutaremos pela união de todos os deficientes. E, se tal se concretizar, talvez este Natal nos traga «o grande movimento de Deficientes em Portugal».

JORGE MAURÍCIO

1.º CONGRESSO NACIONAL DE DEFICIENTES

A Associação Portuguesa de Deficientes e a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, como legítimos representantes dos deficientes no Conselho Nacional de Reabilitação, como Associações que têm conduzido a maior parte do processo reivindicativo dos Deficientes Portugueses após o 25 de Abril, com vista ao efectivo reconhecimento dos seus direitos, e ainda como Associações de carácter universalista, decidiram promover o 1.º Congresso Nacional de Deficientes a realizar em Lisboa no 1.º trimestre de 1980.

Os principais objectivos desta iniciativa são:

— Provocar a mais ampla participação dos deficientes portugueses, suas famílias e organizações, na análise e discussão dos problemas que lhes são próprios.

— Promover junto dos Deficientes a divulgação mais alargada possível da realidade económica, legal e institucional do nosso País.

— Alertar os deficientes e suas famílias para os efectivos direitos que lhes assistem e para a necessidade de, organizadamente, alcançar a plena integração e participação social.

— Estabelecer linhas de actuação futura para a implantação de um genuíno movimento de deficientes.

— Promover a análise das carências existentes, e propor as medidas mais adequadas que sejam conformes às possibilidades do País, contribuindo



A mesa que presidiu à conferência de Imprensa para convocação do 1.º Congresso Nacional de Deficientes, composta por elementos da Direcção da ADFA e da Direcção da ADP (Ver notícia nas páginas centrais)

(Foto FARINHA LOPES)

para a sua eliminação.

— proporcionar a colaboração crítica às entidades e organismos da Adm. Pública com res-

ponsabilidades específicas ou não, na reabilitação dos deficientes.

— Sensibilizar, esclarecer e mobilizar a opinião pública para a am-

plitude dos problemas dos Deficientes, que no seu todo são problemas da própria sociedade.

— Alicerçar a consci-

(Continua nas pág. centrais)

«ELO» CINCO ANOS DE VIDA

Passaram já cinco anos a partir da saída do Número 0 do nosso «ELO». Embora a quem o lê possa parecer que passaram depressa, para quem o faz e para quem o fez durante estes cinco anos esse tempo foram com certeza cinco longos anos de sacrifício, de inventiva, de procura de soluções para que o «ELO» seja cada vez melhor e corresponda cada vez mais ao que dele esperam a massa associativa e os assinantes.

São cinco anos em que no nosso «ELO» muitos

foram os contributos e a dedicação dos Associados, passando pelos vários directores e indo até ao fotógrafo, a todos eles o «ELO» apresenta o seu obrigado pelo conseguido, assim como a todos os que de uma ou outra forma nos têm ajudado (Assinantes e Amigos), na certeza de que muitos e muitos anos temos à nossa frente e de que esses anos serão também de luta pelos nossos direitos, pela informação, pela ligação Sócios-ADFA, assim como pelos problemas dos Deficientes

em geral. Apelamos pois, nesta importante passagem da vida do nosso Jornal, a todos aqueles que de uma forma ou outra têm dado a sua participação e àqueles que não o tendo feito até hoje, o passem a fazer, colaborando, enviando artigos e outros trabalhos, formulando as suas críticas e sugestões, mandando-as sempre com a certeza de que o maior número delas serão tidas em conta e também com a compreensão de que o «ELO» se rege antes de tudo pelos Estatutos da nossa Associação

que é apartidária e não tem religião e que, para além disso, estes cinco anos de vida criaram um hábito e uma experiência que será respeitada. No entanto, e com a brevidade possível, os camaradas e amigos que nos enviarem os seus trabalhos e não os virem publicados serão informados da razão da sua não publicação.

Parabéns ao «ELO», com os votos de continuação firme na mesma linha de propósitos que norteou a sua fundação e que tem mantido com dignidade.

Viva o «ELO».

ELO GRAVADO

O ELO passou a ser gravado a partir do n.º 76. Está assim o nosso jornal, passado para fita magnética, à disposição de todos os associados que dele necessitem, nestas condições. Basta dirigirem-se à Sede, por carta ou pessoalmente, requisitando as respectivas cassetes que devem ser devolvidas logo que desnecessárias.

Se os associados quiserem ficar de posse das cassetes gravadas, devem declará-lo para que seja passado recibo pelo valor da compra.

NOTA: Os camaradas que fizerem o pedido de empréstimo, ficam avisados que só lhes serão enviadas as gravações do jornal seguinte após a devolução das cassetes referentes ao número anterior.

A Dinamização da Sede vai ainda gravar alguns livros dos quais iremos dando notícia.

O «ELO» NÚMERO ZERO

NOTA DE ABERTURA

Porque passaram cinco anos, porque algo já se fez, mas muito ainda está por fazer.

Porque ao fim destes cinco anos, ainda há quem pretenda esquecer que houve uma injusta Guerra Colonial, ou ainda pior, tentam escondê-la para o que continuam empenhados em esconder os seus resultados mais directos que somos todos nós Deficientes das Forças Armadas.

Por tudo isto e porque 5 anos são já um marco na vida da nossa Associação, relembramos neste número a Nota de Abertura do n.º 0 do «ELO».

Foi um Povo inteiro que sofreu, que foi martirizado por décadas de fascismo e por treze anos de estúpidas guerras coloniais.

Sofreu um Povo inteiro quando alguns lucravam com esse sofrimento. Os que lucrava não merecem a designação de Povo: São os carrascos desse mesmo Povo. São os filhos

tugal, dá também a oportunidade única à massa, que era utilizada, de levantar a voz e dizer de sua justiça.

Por esse Portugal foram muitos os milhares de famílias que viram sair de casa os seus filhos, fortes e robustos, para os verem entrar deficientes ou nunca mais os verem. A alegria de uns, de verem chegar são e salvos os seus filhos, era apagada pela tristeza de outros que não viam regressar os seus. Assim, o enlutamento era geral. Mas essas mágoas abafavam-se no silêncio arquitectado e imposto. Os mortos eram transportados em barcos de modo camuflado como se de mercadoria se tratasse e os funerais partiam do Hospital Militar no deserto da madrugada. Os gritos lancinantes de «Ai meu querido filho» rasgavam a madrugada e iam acordar de algum pesadelo os que não morreram, mas na

dência. As famílias recebiam-nos, liam o carimbo e resignavam-se perante a vontade de Deus...

A guerra continuava. Mais mortos, «mais inválidos». O número crescia. O Povo Português ia mostrando a sua terrível capacidade de resignação.

A maioria dos deficientes eram soldados. Mesmo sem pernas punham-se em sentido perante os grandes senhores que atropelavam os reduzidos direitos que tinham. As leis eram dúbias e a sua interpretação resultava, por regra, em prejuízo dos deficientes. Só se fôsse alguma cunha...

Então o pai lá na terra falava com o Senhor Dr. e o Senhor Dr. falava com...

Ficava-se na promessa. Concluía-se sempre: eles não se interessam, porque isto não acontece aos filhos deles — quando os oficiais, que agora são Capitães, ocuparem lugares de



Sede Nacional da ADFA. Aqui trabalhamos há cinco anos para produzir o nosso «ELO»

e netos de carrascos de outrora que também martirizaram os filhos do Povo de outrora.

Este foi mais um abuso que se insere numa tradição histórica. Este grito de denúncia será o primeiro que se faz ouvir e oxalá não seja necessário repetir-se.

Os grandes senhores de outrora colheram louros, benesses e riquezas à custa do sangue e das vidas dos filhos do Povo que a seu mando lutavam e morriam. Se não existisse o 25 de Abril, as gloriosas campanhas de África, campo de heróicos feitos e enaltecimento da raça, passaria à história em douradas letras, os lucros das mesmas seriam esbanjados em luxos e festas e os sofrimentos e martírios dum Povo inteiro seriam esquecidos e as suas feridas não seriam saradas. O 25 de Abril, um marco diferente e único na história de Por-

opinião dos governantes eram «peso morto».

A disciplina dos hospitais assemelhava-se à de recruta. As justas reclamações respondiam vozes autoritárias — «Cale-se Você, porque teve um acidente, está cheio de complexos e eu é que tenho de o aturar». Na junta final o Director do Hospital Militar era um burocrata de carimbo na mão: «Peso morto, inválido, peso morto, inválido...». Em enorme bicha os «inválidos» iam passando. Eram muitos. Eram demais. Havia que esconder o seu número. Mais, havia que reduzir esse número. Então o Director do Hospital Militar continuava a carimbar — «inválido, inapto para o serviço militar sem pensão, inválido peso morto...»

«O Exército era uma terrível máquina de inutilizar homens». Inutilizava-os e remetia-os à proce-

decisão nas Forças Armadas, eles que têm conhecimento directo dos nossos problemas, então... Faziam-se contas.

Mas quando?... O 25 de Abril venceu a barreira do tempo.

A cega confiança nos governantes, que tudo podem e tudo farão, fazia parte dos cegos conceitos das pessoas embrutecidas num sistema totalitário e rígido.

Com a maleabilidade do 25 de Abril e as liberdades daí resultantes as pessoas inauguraram nova maneira de pensar: responsabilizar-se a si próprias, tornaram-se activas e adquiriram o direito de participação. Dentro deste contexto, os Deficientes das Forças Armadas constituídos em Associação participam na resolução dos problemas resultantes das injustas guerras coloniais, participando também na revolução em curso.

ACTUALIZAÇÃO DE PENSÕES

Na sequência da notícia sobre este tema publicada no último «ELO» podemos informar que a Caixa Geral de Aposentações tenta pagar as actualizações em atraso neste mês de Dezembro.

Contudo, o novo salário mínimo nacional ainda não será tido em conta por ter sido somente aprovado há pouco tempo.

Esta informação tem como base um contacto efectuado pela Sede da ADFA com a Secção das Reformas Militares em 27 de Novembro de 1979.

SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

Têm ultimamente entrado em funções neste Organismo governamental diversos Grupos de Trabalho em que a nossa Associação tem estado representada, nomeadamente através do representante da ADFA no Conselho Nacional de Reabilitação, o nosso camarada Lavouras.

Entre esses Grupos de Trabalho destacamos o que se deve pronunciar sobre um Projecto de Lei sobre Barreiras Arquitectónicas e outro que tem desenvolvido estudos sobre Reabilitação e Trabalho Protegido, dos quais daremos conta no próximo «ELO».

Agora queríamos referir-nos ao que está a estudar (e já em adiantada fase) as possibilidades de haver gasolina mais barata para Deficientes Militares e civis que possam fazer provas das dificuldades de lo-

comoção. Este Grupo de Trabalho em que ultimamente tem estado integrado o nosso camarada tem praticamente concluído o seu estudo, e já propôs que ele seja apresentado ao Governo para publicação.

Porque é, por agora, só um estudo de projecto-lei, assim que estiverem suficientemente avançadas as suas hipóteses de concretização, voltaremos então ao assunto.

Será uma medida de grande importância para os Deficientes Militares e civis que com os preços dos combustíveis sempre a aumentar estão em risco de terem que ficar em casa cada vez mais regregados. Esperamos que este assunto esteja rapidamente resolvido, o que nos permitirá informar mais detalhadamente os nossos Camaradas Associados.

«MARGINAIS» OU MARGINALIZADOS

Quando o fulano perguntou, junto à bilheteira da estação, se eu era DFA, respondi-lhe, quase desabridamente — «Sou, porquê? É preciso andar esfarrapado, de bengala, ou perna de pau?».

Tenho de penitenciar-me por esta forma de reagir, resultante de muitos anos a suportar a maneira como ainda nos encaram e da campanha recente desencadeada (com proveito para quem?) contra os Deficientes em geral e contra a ADFA em particular...

Tratava-se de um pequeno industrial português, segundo me afirmou, talvez por modéstia, dado que, a brincar ou a sério, se confessou «capitalista», altamente inteirado dos nossos problemas! E esta?

Por uma questão de «condescendência» aceitou, já lá vão vários anos, um deficiente de guerra como operário e, são palavras do meu ocasional interlocutor «o moço trabalhou tanto, com tal esmero, tamanha vontade de demonstrar ser superior aos demais, tanta assiduidade, que resolvei

empregar logo outro para preencher uma das três vagas em aberto com o desenvolvimento do negócio» e continuou «você não são parolos nem tolinhos, valem mesmo muito, então não se desenrascam, homem de Deus? Não tiram lugar a ninguém!».

Fiquei pasmado. Não foi possível adiantar conversa, cada qual girou para seu lado, o industrial a acenar-me como um adeus amigo e eu, baralhado de todo, a balbuciar uns vagos cumprimentos...

Tirei proveito da lição. Tem forçosamente de haver uma grande falha da nossa parte. Alguma coisa corre mal na política de emprego prosseguida pela ADFA... Há que promover uma acção urgente de preenchimento, por Deficientes, de postos de trabalho.

Como vamos fazer isto? Mediante um trabalho intenso, persuasivo, junto das entidades oficiais e dos patrões. Explicando, com firmeza, o nosso direito ao trabalho, demonstrando que se há lugares, por maioria de razão tem

de haver para os deficientes. Promovendo um contínuo esclarecimento dos trabalhadores para os capacitar da certeza de não irem os deficientes tirar empregos, ocupar lugares aos milhares de desempregados, fazendo-os compreender que deixar-nos a pedir esmola, ou inactivos vivendo de pensões, será, além de injusto, transformar-nos não só em velhos de vinte e tal anos (e como é triste a situação dos velhos e reformados portugueses!) mas também, o que é ainda pior, em marginais desesperados e todavia pacíficos para alegria das boas almas da caridadezinha...

Finalmente, custe o que custar, as questões de emprego terão de ser solucionadas caso a caso. Tudo isto dá, sem sombra de dúvida, muito trabalho, exige muita tenacidade, profissionalismo e dedicação.

Vamos começar HOJE? Vai o ano no fim e cada dia que passa é, para muitos, mais um dia de miséria e desemprego!

António Emílio Santa-Rita (Sócio n.º 3041)

5.º ANIVERSÁRIO DA DELEGAÇÃO DA ADFA NO PORTO

7 DE DEZEMBRO DE 1974

7 DE DEZEMBRO DE 1979

Comemorou-se no dia 7 de Dezembro, o 5.º Aniversário da Delegação do Porto.

Cinco anos são passados sobre a reunião de cerca de uma centena de Deficientes das Forças Armadas, que deram então o primeiro passo, para a criação de uma Delegação da ADFA, na cidade do Porto, capaz de responder às ne-

cessidades prementes que se punham aos deficientes do Norte.

Importa referir aqui e agora, quanto tal período representa de luta, para a realização dos fins que levassem à criação da ADFA, luta essa, que foi sempre norteada pelo espírito associativo, embora nem sempre compreendida por to-

dos, mas que visaram unicamente, a resolução dos problemas que afectam os Deficientes das Forças Armadas.

Este Aniversário será assinalado, com a realização de diversas actividades, que pretendem, acima de tudo, proporcionar um franco convívio entre todos os associados.

A ESMOLA AMESQUINHA, O TRABALHO DIGNIFICA!

PÁGINA CULTURAL

Sendo a poesia uma das mais vitais formas de participação cultural o «Elo» ao longo dos seus quase cinco anos de vida tem-lhe dedicado um especial carinho, tendo por esta página passado não só os mais consagrados poetas como também aqueles que pela primeira vez viram publicado um poema seu.

Na continuação da linha seguida pelo nosso «Elo», aguardámos o envio dos vossos poemas.

ALVORECER

*Tinham sabido os pastores,
na noute do pastoreio,
Novas de grande Alegria,
— e nos matos e nas flores
fez-se dia.*

*No alto da serrania
novo Sol resplandecia,
e o velho pastor subia
a guiar o seu rebanho,
enquanto o menino ria
nos braços levando um anho
Podia haver fome e guerra
que o menino não sabia.
Pelo caminho da serra,
no meio da penedia,
tudo era paz, harmonia,
abundância e alegria.*

*E quando a noute chegou,
entre o cantar do moinho
por onde o trigo escorria
em busca do seu caminho
p'ra desfazer-se em farinha,
o pastorinho entoou,
na sua voz levezinha
de sol e de roseiral,
uma alegre ladainha
a embalar o avô
junto das mós, ensonado.
Lá no alto do telhado
uma estrela se pousou.
Como pomba no pombal
luz intensa derramou
e toda a serra alvejou:
— era Natal!*

ALSÉCIA MACHADO

Natal, 1979.
Caldas da Rainha.

RETRATO PORTUGUÊS

*Em língua portuguesa intento o teu retrato
português renascido em Portugal de abril
o teu retrato inteiro de vinho e de tabaco
o teu retrato opaco de sonhos e latim.*

*Em língua portuguesa no ocaso do medo
com que palavras livres construo a tua voz?
de serra e trigo de mar e morte cedo
a tua voz queimada de guerras e de vento*

*que em língua portuguesa contou a dor de África
que em língua portuguesa foi escrava em Paris
que deu a volta ao mundo levando junto ao peito
a guitarra doente onde um país adormecia.*

*Em língua portuguesa (minha pátria salgada)
intento dar-te um rosto e sei que falta o verbo
para dizer no teu nome as quatro folhas do trevo
perdido sob as ondas ao regressares das Índias.*

*Mas guardo este retrato e quero em mim o fogo
das searas crescendo ao rés da tarde acesa
para que a voz me construa por dentro deste tempo
português renascido em língua portuguesa.*

MANUEL ALBERTO VALENTE

in «Os Olhos de Passagem» (Livros Horizonte)

VIETNÃ

*Gosto dos homens que amam a terra onde nasceram
e lembro as aves em terras do Vietnã:
o susto da erva,
os campos na sua pureza
e as árvores que foram desfeitas
numa arte de traição à Natureza.*

*Num ódio trágico
se exprime
a sanha do invasor,
que cospe aos céus
a lepra
do seu crime,
como um deus de lama
vomitando as fézes
na própria cama.*

*Fico aqui,
nesta manhã de Agosto,
lavando no vento o meu rosto
numa angústia fria,
e um sonho de liberdade nas entranhas,
imaginando a paisagem destruída
das casas, rios, planícies e montanhas
do Vietnã,
terra do mundo
cada vez mais irmã!*

ANTUNES DA SILVA

in «Rio Degebe» (Prelo)

ODE

*— Não queres a guerra para quem ta move?
— Não! Anseio a paz para quem a não ouve.*

*— Não queres o ódio para quem te apoquentá?
— Não! Desejo o amor e quem o experimentá.*

*— Não queres o fogo bramindo na selva?
— Não! Quero o sol amanhecendo a relva.*

*E as estrelas remolhando a terra
nas flores que afastam a sombra da guerra.*

*Só o viço de um cardo e quem no acoite,
um tufo de estevas calado na noite.*

ANTUNES DA SILVA

in «Rio Degebe» (Prelo)

A AGOSTINHO NETO

— No dia do anúncio da sua morte

*A meio da jornada além te foste,
órfãos deixando os teus irmãos de luta.
Mas a Razão não passa, avança, exulta
à voz de esperança que tu sempre foste.*

*É que «a Vitória é certa». O povo luta
na Pátria que contigo libertou
até à meta que o Porvir traçou.
Nos teus poemas tua voz escuta.*

*A língua portuguesa enriqueceste
nos versos, nas ideias que lhe deste,
na força inteligente que lhe dás.*

*Herói entre os heróis libertadores,
venham cobrir-te de hinos e de flores,
beije-te, enfim, neste Infinito, a Paz!*

ALSÉCIA MACHADO

11-IX-79.

Caldas da Rainha.

CONTO DE NATAL

O NATAL DE ULISSSES

Velhadas de corpo e espírito lhes pareceu o General... Aquela ideia de defender o barracão da Diligência como se fazia na guerra de Espanha não lembrou ao Diabo! Pois se o Alferes preparara criteriosamente a defesa, consoante os conselhos do jovem Capitão experiente, cheio de medalhas, promovido por distinção, que a malta fora render, tendo o maçarico do Alferes cuidado humildemente de tudo, para quê a teoria da guerra de Espanha que já cheirava à História do século passado?

Mas o General tem estrelas, daí, o Alferes colocou uma Secção a viver na ponte, dia e noite, e, revoltado como era, passou a dormir, melhor, a pernoitar com a guarnição, naquele inferno.

Maldita ponte... Tão longa era a estrada do café, com várias pontes, porém aquela... Caramba, era a Ponte, a tal, a melhor do mundo! Porquê? Isso era problema de Estado-Maior e a malta andava ali para dormir ao relento sem direito a pensar...

Logo em Dezembro! Gramar um Natal debaixo da ponte... Vá lá a gente entender as guerras e os generais!

Quando passou a coluna da Intendência, o Alferes pediu voluntários para ir buscar o correio. Valia bem a pena arriscar um tiro no lombo, ou voar com uma mina, para saber o que mandava o Pai Natal! Não faltaram voluntários... Amigos como irmãos, aquele Alferes lisboeta, desesperado, e os seus trinta camponeses e pastores da Serra da Estrela.

Viagem tramada: chuva, lama, calor, trovoadas, frio. Aqueles Dembos lembravam filmes da Birmânia. Depois, atolados ali, avariados acolá, as viaturas a escorregar no lamaçal. «Trave meu Alferes!»... ia sendo; a filha da mãe da mina, a merda da panela, mesmo à beira da roda... Em véspera de Natal! Pronto. Um bocado de cuidado, um disparo, um estrondo medonho, ainda não foi desta!

No Comando, o Brito, anjo da guarda dos Alferes, já tinha uma laranjada «apontada» e o café a aquecer. Enquanto atestavam as viaturas o Alferes não deixou distribuir a correspondência. Foi peremptório: «Só na ponte, para todos, ninguém abre uma só carta ou embrulho». Bem sabia ele,

por um golpe de vista apurada, ir receber carta da mulher, nos habituais sobrescritos endereçados a tinta verde...

Era um putinho porreiro aquele Alferes de vinte e dois anos. Tomou um ducho, voltou a envergar o mesmíssimo camuflado imundo de lama, suor e chuva, bebeu um café a escaudar, saltou para o jipe.

Arrancaram entre votos de Bom Natal, algumas lágrimas, a bênção do Alferes Capelão (lá de longe e sempre atrasado por viver mais no outro mundo do que neste) e o batuque da mudança da sanzala, às dezenas, nus, com latinhas servindo de orquestra, gritando atrás da mísera coluna: «Nosso arfer ué! Nosso arfer ué!». Faziam uma festa especial àquele menino alferes que contava histórias, oferecia chocolates e os deixava andar nos jipes.

Pelas dez da noite, bradaram do parapeito da ponte: «Meu Alferes, o nosso Capitão!». O Capitão! Temos bronca? Há porrada? Lá saiu o putinho Alferes da barraquita onde, febril de paludismo, entre ratos e mosquitos, sonhava com a Universidade, onde continuavam as lutas académicas com greves e prisões, o escritório, com o chefe eternamente mal humorado, a mulher grávida, a família, naquela quadra novamente com quatro velas na mesa triste da consoada simbolizando os ausentes na tropa... Encarou a realidade da luz dos faróis das viaturas. O Capitão viera patrulhar e deixava-lhe um pacote de bolachas, um cinzeiro e um livro (a família do Capitão tinha mandado prendas para todos!).

De lágrima ao canto do olho, o «velho» desaparecia, noite dentro, a toda a velocidade. No barracão, sobranceiro à ponte cantaram-se as janeiras, comeram-se os doces recebidos da aldeia e uns indigestos fritos pomposamente crivelmente mitológicos e... facilmente decifráveis! Meritados de filhós... nem o vinho do Porto faltou!

Sob a ponte foi decorrendo a noite de Natal.

Na hora H, como era rotina, o rádio crepitou a sua mensagem, todavia, desta feita, era a voz de Mercúrio (por falta de imaginação do Oficial de Operações, os nomes de código eram vagarosos, o Tenente das transmissões, normalmente monócordico, parecia emocionado: «Fox-trot November! Aquiles convoca urgente Ulisses! Bravo Delta! Terminado!»).

«Feliz Natal, essa é boa! Com o tipo das operações a chamar o nosso Alferes

neste dia! Estamos bem lixados...» comentou, que nem um bruxo, o Cabo-rádio.

Na bruma daquela manhã de Natal, o putinho Alferes saiu, ao volante do jipe, com o seu sorriso confiante e

traquinhas de garoto de Alfama... Nunca mais voltou. ANTONIO EMILIO SANTA-RITA (Sócio n.º 3041)

BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS

Sem pretender fazer uso dum palavrão, como à partida o título possa parecer, nem impingir extractos de literatura burlesca como muitas vezes nos querem obrigar a ler, vou dedicar algumas linhas à abordagem dum problema que diz respeito a todos os deficientes. Sobreretudo aqueles cuja deficiência os obriga a um ambiente com características específicas, mormente na habitação.

De há muitos anos a esta parte que não é grande a diferença no nosso sis-

tema habitacional. O método usado é bem marginalizante. Isto de maneira alguma quer dizer que os prédios que se constroem em Portugal sejam maiores ou mais pequenos e mais largos ou mais estreitos do que aqueles que se constroem noutros países. Não, isso é pormenor de somenos importância.

A marginalização a que me refiro diz respeito tão simplesmente ao facto de no nosso país se construir apenas a pensar num sector populacional. Esquecendo-se assim todos os outros, inclusive os deficientes.

Uma das soluções possíveis (rampas de acesso)



Uma das soluções possíveis (rampas de acesso)

tema habitacional. O método usado é bem marginalizante. Isto de maneira alguma quer dizer que os prédios que se constroem em Portugal sejam maiores ou mais pequenos e mais largos ou mais estreitos do que aqueles que se constroem noutros países. Não, isso é pormenor de somenos importância.

A marginalização a que me refiro diz respeito tão simplesmente ao facto de no nosso país se construir apenas a pensar num sector populacional. Esquecendo-se assim todos os outros, inclusive os deficientes.

Falar só de sociedade justa não chega. É preciso construí-la, praticá-la. Os deficientes anseiam-na, querem-na no seu dia a dia. Sobreretudo aqueles deficientes que são portadores de grandes deficiências e que, para poderem desenvolver uma vida normal, precisam de ter condições para isso, mormente no que diz respeito à sua locomoção.

Uma sociedade define-se pelos seus feitos, pela sua justiça e pelo apoio que dá aos mais desfavorecidos, aos marginalizados.

Os grandes deficientes deste país, apesar de todas as dificuldades, não se sentem revoltados com a sua deficiência. A sua revolta vem, sim, pelo esquecimento a que são sujeitos. Quando abrem a boca, quando falam do que precisam, normalmente a sua voz é abafada com as verbas, com as aterrorizadas verbas, que há quem ponha muitas vezes a suplantar e até a comprar a justiça. Mas senhores responsáveis, quando será ouvida a voz dos cegos, dos biamputados, dos

SÓCIOS FALECIDOS



José Gonçalves Esteves



José Honório Viana da Rocha

Faleceram recentemente mais dois sócios da ADFA. Mais dois!

O José Gonçalves Esteves, sócio n.º 12 da nossa Associação, morreu ainda devido à injusta Guerra Colonial. Tanto quanto nos foi possível saber, a embolia que o vitimou relacionou-se directamente com os ferimentos adquiridos em campanha. Cinco anos depois de Abril a Guerra ainda mata!

O Esteves era o sócio n.º 12. Foi em sua casa, ainda em 1973, que se reuniram os Deficientes que então apresentaram ao governo fascista o que poderíamos chamar Primeiro Caderno Reivindicativo dos Deficientes das Forças Armadas. Foi desse grupo de Deficientes, fechados no Hospital Militar em Lisboa, que após o 25 de Abril de 1974 nasceu a Nossa Associação que imediatamente se popularizou pela sigla ADFA.

Também o José Honório Viana da Rocha, outro camarada sócio da ADFA, nos deixou. Um acidente de viação vitimou-o recentemente.

Aos familiares de ambos o ELO apresenta as mais sentidas condolências.

(Continuação da 11.ª pág.)

SÓCIOS COM MATERIAIS ESCOLAR POR DEVOLVER

- Sidónio Antunes Dias — 1975
- Teresa da Assunção Lima R. Gabriel — 1976
- Umaro Baldé — Sócio 270 — 1976
- Virgílio Roques Caetano — 1977
- Valentim Jordão — 1976
- Virgílio Mendes Gomes — 1976
- Viriato Joaquim Lopes — 1975

OS DEFICIENTES NA IMPRENSA

«Pelo Direito ao Trabalho» tem sido ao longo dos mais de cinco anos de existência da nossa associação uma das principais ideias-força que nos tem mobilizado na luta pela integração social dos deficientes.

Foram os Deficientes das Forças Armadas, ao criarem a sua Associação e a partir da sua enorme ânsia de justiça, de igualdade e de participação social, deram realmente o grande passo em frente que de uma forma justa, tem encaminhado todo o movimento dos Deficientes no nosso País no sentido de acabar com as «caridadezinhas» e obrigando ao reconhecimento da nossa própria função social.

E pois com um certo orgulho que vemos, ainda que timidamente no início, encaminham-se no sentido de reabilitação e da procura de emprego para Deficientes, não só as organizações congéneres da nossa mas também os organismos oficiais.

Independentemente de críticas futuras sobre a forma como as diversas iniciativas têm sido desenvolvidos pelos organismos oficiais e muitas das vezes, à margem das Associações de Deficientes, que na procura das mais ricas soluções para as diversas questões dariam uma melhor contribuição, pela sua própria experiência, transcrevemos neste número do «ELO» dois artigos da Imprensa Regional que apontam na direcção da procura de soluções, as quais como dizemos no início, se inserem numa das nossas principais consignas «Pelo Direito ao Trabalho».

CENTRO COMERCIAL DE REPARAÇÕES A SER PREENCHIDO POR DEFICIENTES

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) vai colaborar na construção do primeiro «Shopping Repair Center» da Europa a edificar na cidade do Porto.

A construção do «Shopping» está orçada em 90 milhões de escudos e as lojas serão alugadas a deficientes motores, agrupados em pequenas sociedades ou cooperativas, para exploração própria.

As obras de construção para este Centro — disse Silva Coelho, director do Centro de Reabilitação Vocacional do Porto (CRVP) — iniciar-se-ão em 1980 e a primeira fase, que corresponde ao primeiro piso, deve estar concluída no ano seguinte.

No «Shopping Repair Center», voltado para os deficientes motores e concebido «segundo as mais avançadas técnicas de arquitectura, serão prestados à população serviços que vão desde a reparação de televisores, rádios, electrodomésticos, pichelaria, etc., até serviços de contabilidade e dactilografia».

A gestão do «Shopping» ficará a cargo da Santa Casa da Misericórdia do

Porto, entidade também ligada ao empreendimento e o CRVP será o responsável pela montagem dos estabelecimentos.

Os ocupantes pagarão uma renda, que reverte para o fundo das actividades que o centro de reabilitação desenvolve, no sentido da readaptação de deficientes motores.

A SOCIEDADE TEM SIDO MADRASTA PARA COM OS DEFICIENTES

A entrada em funcionamento deste «Shopping Repair Center» representará a criação de cerca de uma centena de novos postos de trabalho, que os promotores da iniciativa se propõem preencher, preferencialmente, com deficientes e jovens à procura do primeiro emprego.

Embora não haja estudos que permita saber-se quantos deficientes motores existem em Portugal, calcula-se que 10 por cento da população enfrenta situações deste tipo — disse Silva Coelho.

«A sociedade Portuguesa tem sido madrastra para com os deficientes, negligenciando e mesmo desrespeitando os seus direitos de reabilitação e adaptação vocacional, por for-

ma a inserirem-se como elementos úteis dessa mesma sociedade» — observou.

No sentido de suprir as carências que se notam neste sector, o CRVP vai também criar um serviço que se designa por «oficinas protegidas», visando empregar trabalhadores deficientes, cuja capacidade de produção é superior a 50 por cento mas inferior a 100 por cento dos valores normais.

Este serviço será também montado no próximo ano, para entrar em funcionamento, segundo as previsões, em 1981.

Os deficientes com incapacidade permanente superior a 50 por cento e que não têm portanto, acesso às oficinas protegidas, serão integrados em centros de trabalho ocupacional e de manutenção, a criar igualmente em 1980 e a entrar em funcionamento no ano seguinte.

CURSOS PARA DOENTES

As actividades do CRVP distribuem-se por três estabelecimentos, instalados na Areosa (Porto), Granja (Espinho) e Barqueiros (Mesão Frio).

No estabelecimento da Areosa, ministram-se cursos, com a duração de

onze meses, de maquinaria, serralharia, canalizador, electricidade, corte e costura, montagem e artesanato e sapataria (consertos).

A escola funciona em regime de semi-internato e os doentes que não podem ir a casa todos os dias são integrados nos lares existentes na cidade do Porto.

No estabelecimento da Granja funcionam cursos, essencialmente teóricos, de metal-mecânica, reparação de automóveis, radiotécnica e agropecuária.

Estes cursos têm a duração de 22 a 36 meses e, tal como no estabelecimento da Areosa, são ministradas disciplinas de português, matemática, educação física, higiene e sanidade, actividades da vida diária, trabalho de grupo e actividades de tempos livres.

Silva Coelho afirmou que as actividades do CRVP vêm obtendo «animadora correspondência da parte de muitas empresas».

«Nos últimos três anos — disse — foram colocados em diversas empresas 37 deficientes preparados por esta instituição».

in «Diário do Minho, Braga 12-10-79

ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

DOIS POEMAS INFANTIS

No âmbito das comemorações do Ano Internacional da Criança e ao aproximarmo-nos da Grande Festa de Natal da ADFA, vai o «ELO» dedicar até ao final deste ano um espaço para os mais pequeninos.

Envia tu também os teus trabalhos, quer sejam Poemas ou Histórias infantis.

APANHEI UMA FLOR

Apanhei uma flor.

Estava perdida na estrada,
sem carinho e sem amor,
tão pobrezinha, sem nada.

Das muitas que há por aí
e o mundo não repara,
esta que na rua vi
tinha lágrimas na cara.

Da tristeza e abandono
a que às vezes é botada,
como cãozinho sem dono,
vai chorando pela estrada.

Se eu as pudesse guardar
com todo amor e carinho,
não as deixava a chorar
pela beira do caminho.

Mas eu que não tenho nada,
só amor no coração,
a essa flor tão amada
não lhe posso dar a mão.

ISOLINA ALVES

SE OS HOMENS QUISESSEM

Brincava na praia, saído da escola

— Os pés maculando a espuma de prata — na espaldas — menino — a suja sacola na espalda — soldado — a espada de lata.

Ao longe, uma estrela cadente na seda do céu

A bala perdida
Tocou o menino, levou-o... Na queda, inútil, ficou-se a espada partida.

Se os homens quisessem

O engenho assassino,
As armas da Morte talvez se rompessem
sem nada valer.

— Espada de lata do loiro menino —

Se os homens quisessem...

E os homens vão querer.

ALVARO FEIJÓ

UNIDADE DE APRENDIZAGEM PRÉ-PROFISSIONAL PARA JOVENS DEFICIENTES EM BEJA

O lançamento em Beja de uma unidade de aprendizagem pré-profissional, para jovens deficientes, encontra-se actualmente em estudo no GAT (Gabinete de Apoio Técnico), por solicitação conjunta da Cercibeja (Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas) e da Câmara Municipal de Beja.

Este projecto, encarado como muito importante pela Cercibeja, uma vez que envolve uma iniciativa-piloto particular, integrada num acordo de cooperação lusosueco (que prevê a

criação de outros três centros do género, a nível nacional), é revelado no relatório daquela cooperativa bejense, agora tornado público.

Entre os projectos futuros anunciados no referido relatório, conta-se também os que dizem respeito a uma maior dinamização e contacto com as instituições médico-pedagógicas, tendo em vista melhorar o atendimento imediato de crianças deficientes.

Existe, por outro lado, o projecto concreto de melhoramento de exteriores

daquela escola (a funcionar, desde o ano passado, como se sabe, na Quinta dos Britos), por forma a criar condições de espaço propícias à utilização de tempos livres com fins minimamente pedagógicos, tornando a escola mais motivante no seu conjunto.

Mas não apenas aos projectos, tendo em vista imprimir uma maior dinâmica à escola, se faz referência no relatório sobre a experiência do primeiro ano de actividade da Cercibeja.

Assim, o relatório debruça-se, em pormenor, sobre

aspectos de gestão e pedagógicos, nomeadamente quanto ao funcionamento interno, às ligações da Cercibeja com outras instituições médico-pedagógicas e às relações com os pais das crianças deficientes.

Neste âmbito, será de referir uma passagem do relatório que afirma que «as distâncias e as disponibilidades levaram à dificuldade no contacto directo pais-cooperativa». Acrescenta o relatório que, numa tentativa de superar essas dificuldades, foram feitas circulares, «cujo im-

pacto é bastante reduzido». A cooperativa — segundo ainda afirma o relatório — «não dispõe, por outro lado, de meios para «ir até aos pais», nem teve possibilidades de dispor de um técnico de serviço social que estudasse e executasse formas de contacto com os pais».

Num outro capítulo do relatório, faz-se um balanço geral da actividade ao longo deste (primeiro) ano de existência da Cercibeja, o qual declara ter-se conse-

guido «alguns êxitos no domínio da aprendizagem tanto para as crianças (deficientes) como para os técnicos que com elas trabalharam».

No entanto, a direcção da Cercibeja reconhece que «muitas expectativas e objectivos ficaram aquém, para o que contribuíram factores diversos, cuja transformação terá que ser gradual».

in «Diário do Alentejo» Beja

ADFA E APD COM 1.º CONGRESSO NACIONAL DE

Convocada pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas e pela Associação Portuguesa de Deficientes teve lugar no passado dia 27 de Novembro, na Sede da ADFA em Lisboa, uma Conferência de Imprensa, cuja principal finalidade era a de convocar o I Congresso Nacional de Deficientes, a realizar no primeiro trimestre de 1980.

A Conferência estiveram

presentes um grande número de órgãos de Informação, sendo de destacar a RTP, Rádio Renascença, ANOP, «Diário de Notícias», «O Diário», «Portugal Hoje», «A Capital» e «A Tarde».

Iniciou-se com a leitura de um documento de convocação (que se transcreve na íntegra na 1.ª página do nosso «Elo»), seguindo-se uma prolongada fase de perguntas postas pelos jorna-

listas presentes a que a Mesa da Conferência (composta pelas Direcções das duas Associações) respondeu na generalidade.

Foi também focado que os textos-base serão postos à discussão pública ainda no mês de Dezembro e que de acordo com uma das finalidades básicas deste Congresso (que é a de mobili-

estarem associados em qualquer das Associações de Deficientes já existentes.

Foi também afirmado que os textos a serem publicados e distribuídos pelas duas Associações que convocam o Congresso, pretendem, para além de tudo, servir como documentos de trabalho e análise a serem discutidos e enriquecidos em largas e

os Deficientes congénitos (de nascença) até aos deficientes por acidentes vários e inclusive tem sócios mesmo sem serem Deficientes, enquanto da ADFA, como muito claramente diz nos seus Estatutos, só poderão ser sócios os Deficientes que se tenham deficiado quando ao serviço das Forças Armadas, os quais deve-

tugal), Associações de Pais e Amigos de Crianças Deficientes, Associações de Surdos, Sinistrados do Trabalho, etc., enfim, todas as que queiram participar nesse diálogo necessário.

Como grande problema dos Deficientes, apontado após várias perguntas postas à Mesa da Conferência, é a luta pelo direito inalienável dos Deficientes à integração social que passa realmente pelos diversos temas apontados no documento-convocatória do Congresso e que são:

— prevenção da deficiência; educação, reabilitação do próprio indivíduo e reabilitação profissional; direito ao trabalho, à habitação, aos transportes, à cultura, desporto, tempos livres, segurança social; ensino de novas profissões, etc.

Vejam os:

— Como pode haver integração social se ao Deficiente não são reconhecidos todos estes direitos?

Como foi afirmado na Conferência não basta reco-

DELEGAÇÃO DE FARO

Com o objectivo de proceder à análise da situação no âmbito da Delegação de Faro, entendeu por bem a respectiva Comissão Instaladora levar a cabo uma reunião de sócios.

A mesma teve lugar no passado sábado, 10 de Novembro, pelas 15 horas, na sede da Delegação.

Ainda que insuficientemente divulgada, apenas através do Emissor Regional do Sul, estiveram presentes nesta reunião alguns sócios, que fizeram sentir a necessidade de serem enviadas convocatórias escritas para futuras reuniões.

Parece à Comissão Instaladora, já por terem sido preenchidos os objectivos que presidiram à sua constituição, já porque cientes da necessidade de realização de eleições no âmbito da Delegação e porque o seu protelamento em nada a beneficia, seria oportuno proceder, a muito curto prazo, a eleições para os seus Órgãos Sociais.

Foram analisadas minuciosamente as actividades desenvolvidas pela Comissão Instaladora, no sentido de proceder à implantação e arranque da Delegação de Faro, bem como no sentido de iniciar a prática desportiva, o que de certo modo tem vindo a ser conseguido.

Presentemente encontram-se abertas inscrições para a prática de diversas modalidades — Ténis de Mesa, Futebol de Salão, Tiro ao Arco, entre outras.

O atletismo merece também a melhor atenção. Neste momento está em formação uma equipa que irá representar esta Delegação.



zar os próprios Deficientes em torno da luta pela resolução dos seus problemas) se pretendia que essa discussão fosse o mais alargada possível e que nela participassem não só todas as Organizações de Deficientes como também Organizações de técnicos e outras profissões que lhes estejam ligadas, assim como os próprios Deficientes, mesmo que não

abertas reuniões que se realizarão a partir de Janeiro.

É, pois, necessário que todos nós, camaradas, nos preparemos para participar activamente nessas discussões, dando a nossa melhor contribuição para que este 1.º Congresso Nacional de Deficientes (para além das falhas próprias de uma primeira realização) seja, apesar de tudo, um grande congresso.

Foi ainda reafirmado, após pergunta posta por um jornalista, que embora sejam comuns muitos dos problemas que os Deficientes enfrentam e que terão de resolver em conjunto, estava fora de causa qualquer possibilidade de unificação das duas Associações promotoras, dado que para além de soluções que podem e devem procurar em conjunto, ADFA e APD têm, realmente, caminhos e tónicas diferentes. São ambas grandes Associações e muito especialmente, no que nos diz respeito, com dinâmica e vida próprias diferentes, tendo sido apontados como realce desses aspectos o facto de a APD conter no seu seio os mais diferentes tipos de Deficientes, que vão desde

rão ser à partida os principais interessados na significação e resolução dos problemas dos Homens que ao seu serviço adquiriram a sua deficiência.

Foi ainda salientado que neste princípio o que se pretende é criar um espaço de diálogo e esforço conjunto para a resolução das nossas carências, diálogo e esforço que passa não só por estas duas Associações mas por todas as outras Organizações de Deficientes, que são várias dezenas no nosso País, desde as Cercis (de Norte a Sul), as Associações de Cegos existentes (Braille, João de Deus, Norte de Por-

CONVÍVIO DO 5.º A

Para comemorar o 5.º aniversário do «Elo» reuniram-se no passado dia 29 de Novembro em Lisboa, num jantar convívio realizado no bar da Sede, algumas dezenas de sócios e amigos e que decorreu com grande alegria e vivacidade pela noite dentro.

Alegria pelo caminho já percorrido; alegria pela certeza de que o que está por fazer será feito (apesar

I CONGRESSO NACIONAL DE DEFICIENTES

REUNIÃO DE EXECUTIVOS DA ADFA

Cumprindo as decisões do Secretariado Nacional que teve lugar no Porto a 27 e 28 de Outubro, realizou-se em Lisboa no passado dia 10 de Dezembro uma reunião de Órgãos Executivos a nível nacional a que estiveram presentes além da Direcção Central as seguintes Delegações: Famalicão, Coimbra, Viseu, Setúbal e Évora.

A reunião iniciou-se com uma exposição feita pela Direcção Central sobre os caminhos que levaram a este 1.º Congresso Nacional de Deficientes e que tiveram início no 1.º Encontro de Deficientes realizado pela APD em Outubro de 78. Ali foi aprovado por aclamação uma moção exigindo a realização ainda em 1979 do 1.º Congresso Nacional de Deficientes.

Foram a seguir historicados todos os passos dados pelas Direcções da ADFA

em encontros com a Direcção da APD, assim como foi também dado conhecimento de todos os pontos até então negociados entre as duas direcções.

A seguir foram postas pelos representantes das Delegações várias questões, nomeadamente: a necessidade de que as informações cheguem rapidamente às suas Zonas; dificuldades das Delegações; importância do I Congresso de Deficientes; formas de contribuir para que os textos finais a apresentar no Congresso correspondam realmente às grandes dificuldades dos Deficientes Portugueses e sejam uma contribuição valiosa para a sua futura solução.

Por fim foi aprovado por comum acordo que a curto prazo se realize um grande encontro de dirigentes da ADFA para planejar de forma objectiva a nossa participação.

Também se tomou a de-

cisão de que tudo o que diga respeito ao Congresso será encaminhado directamente às Delegações no sentido de que as notícias cheguem com a maior rapidez às mãos dos responsáveis.

Foi ainda feita uma chamada de atenção para os contactos necessários entre as nossas Delegações e as Organizações Locais que possam vir a estar interessadas em participar no 1.º Congresso Nacional de Deficientes.

DELEGAÇÕES DO PORTO E FAMILIÇÃO AVISO IMPORTANTE

Avisam-se os associados que se inscreveram para a Festa de Natal das Delegações do Porto e Vila Nova de Famalicão, que a mesma se realiza no próximo dia 22 de Dezembro, pelas 15 horas, no Cinema Júlio Dinis, na Rua Costa Cabral, n.º 323, junto à Praça Marquês de Pombal, na cidade do Porto.



IVOCAM DEFICIENTES

nhecê-los no papel, é necessário pô-los em prática.

Urge formar técnicos de ensino para Deficientes, monitores para reabilitação funcional, monitores para o ensino de profissões compatíveis, abrir escolas e centros onde esses técnicos trabalhem e onde ao Deficiente seja permitido encontrar o seu próprio caminho, a forma de ser útil e de se integrar na Sociedade.

É absolutamente necessário que o Deficiente SAIBA de uma vez por todas que, aconteça o que acontecer, ele tem o seu futuro assegurado sem precisar de estender a mão à «caridade» (forma amesquinante de sobrevivência), que o Deficiente SAIBA que se precisar de uma prótese, cadeira ou qualquer outro material, pode alcançá-lo porque existe Segurança Social.

Para haver integração social é também necessário que haja habitação própria ao alcance do Deficiente, assim como se precisarmos de sair à rua devemos ter transportes apropriados. Além disso os edifícios, prin-

cipalmente os públicos, devem estar ao alcance dos Deficientes, abolindo-se todas as barreiras arquitectónicas.

A Sociedade tem de saber que o Deficiente é um cidadão de pleno direito e não um «bicho raro» a quem se ignora ou, o que ainda é pior, se trata de uma forma comiserativa.

Não podemos esquecer o ainda recente caso da nossa Delegação de Coimbra em que à última hora nos foi negada a venda de um andar porque os filhos duns «senhores» se podiam chocar por ver Deficientes.

Para obviar a essa falta de informação da Sociedade nada melhor do que às Organizações de Deficientes ser dado espaço nos vários canais de Informação, muito especialmente nos de propriedade pública.

É pois para juntar esforços na luta pela resolução destes e de muitos outros problemas que as duas Associações tomaram a iniciativa de convocar o 1.º Congresso Nacional de Deficien-

tes, Congresso que pretende também apontar aos Organismos Oficiais, de uma forma clara, quais são as carências e as formas mais justas de as resolverem, de acordo com a opinião dos próprios Deficientes.

A terminar a Conferência de Imprensa foi ainda feito um apelo à participação de todas as «pessoas» singulares ou colectivas.

Vamos pois, camaradas, dar um pouco do nosso esforço e da nossa vontade criticando para poder melhorar, discutindo para atingir a objectividade, participando e unindo para que seja realmente grande o I Congresso Nacional de Deficientes.

SECÇÃO DE DESPORTO

Integrado nas comemorações desportivas do V aniversário da Delegação do Porto, a Secção de Desportos de Lisboa irá participar nos torneios de Futebol de Salão, Ténis de Mesa e Basquetebol em Cadeiras de Rodas, bem como uma demonstração de Voleibol (jogadores sentados).

Para o efeito será feita uma excursão em que participarão os familiares e sócios simpatizantes com saída de Lisboa no dia 8 e regresso no dia 9 de Dezembro.

IO COMEMORATIVO VIVERSÁRIO DO «ELO»

das contrariedades que irá encontrar); alegria porque era o Quinto Aniversário do «ELO», o nosso «ELO» e vínculo da nossa unidade, a nossa forma de ligação ADFAsócios e vice-versa; alegria pela certeza de que não era um qualquer jornal que comemorava o seu 5.º Aniversário mas sim o ELO da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Durante o convívio usaram da palavra quatro associados (entre os quais o Presidente da Direcção Central) cuja tónica de intervenções se podem resumir aos seguintes pontos:

1.º — O nosso «ELO» precisa de uma cada vez maior participação das Zonas, Delegações e Sócios em geral para que a sua qualidade e intervenção cresçam mês a mês;

2.º — O nosso «ELO» necessita que todos nós nos empenhemos mais e mais na sua difusão assim como numa grande recolha de assinaturas;

3.º — É necessário elaborar e discutir a nível nacional e pelo maior número de associados o «Estatuto do ELO»;

4.º — O «ELO» tem que sistematicamente e através da nossa participação melhorar a sua qualidade informativa, técnica e recreativa, assim como a sua distribuição.

Estas foram, no funda-

mental, as grandes linhas de força das quatro intervenções proferidas.

Foi também noticiado que a partir de agora o «ELO» começaria a ser gravado, pelo que os camaradas que queiram possuir a sua gravação devem enviar cassetes ou o seu pedido contra reembolso.

O convívio, como atrás se disse, continuou pela noite com poemas e canções dos nossos camaradas e amigos presentes a esta Festa de Comemoração e terminou com um grande «Viva o ELO», «Viva a ADFa».

MENSAGEM DOS ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS AOS SÓCIOS FAMILIARES E AMIGOS DA ZONA SUL

Por que a ADFa é o conjunto de todos os seus sócios — Continente e Ilhas — representados através das zonas a que respectivamente pertencem, o aniversário que a Delegação de Évora agora comemora ultrapassa, necessariamente, as «fronteiras» alentejanas. É a ADFa, no seu todo, que hoje está em festa!

Independentemente do prazer pessoal de cada um de nós — que é grande — esse é o significado de estarem aqui representados

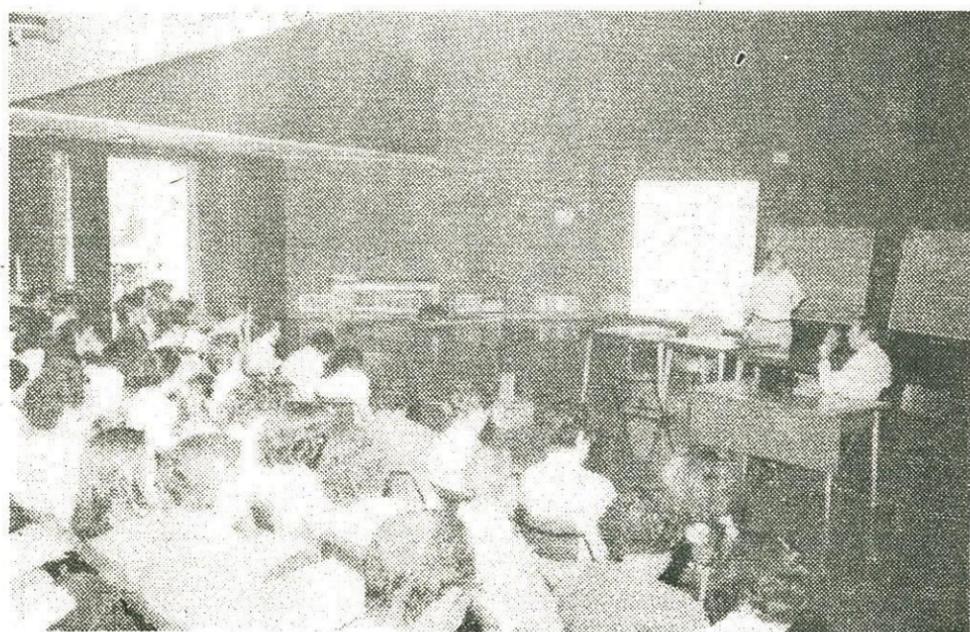
(Continuação da 1.ª pág.)
ência social de que os Deficientes são parte integrante e activa na sociedade portuguesa.

Os temas a debater e que constituem as teses

todos os Órgãos Sociais Centrais e, não por acaso, irmanados nesta mensagem colectiva de felicitações.

Em Évora, como no Porto, Viseu ou Lisboa, o que foi feito, bem ou mal, não diz apenas respeito a alguns regionalmente, mas sim, universalmente, a todos quantos sentimos, bem no coração, a ADFa.

Por isso, sócios, familiares e amigos da Zona Sul, a vossa alegria... é a nossa! Parabéns por esta bela festa.



Dois aspectos do PROTADFA 79: em cima, uma aula teórica; em baixo, uma demonstração prática com a colaboração dum deficiente (Foto FARINHA LOPES)

AINDA O PROTADFA 79

Por o camarada Farinho Lopes, trabalhador da Sede e fotógrafo do ELO só agora se ter apresentado ao serviço após o acidente sofrido e pelo ELO noticiado no número anterior, só nesta altura nos é possível apresentar algumas

das fotografias ainda tiradas pelo Lopes antes do acidente aquando da cobertura fotográfica do PROTADFA 79.

Porque as consideramos elucidativas de alguns aspectos do curso, resolveu a redacção do ELO publi-

cá-las, apesar do atraso em relação ao Curso de Próteses, em complemento do artigo sobre o PROTADFA 79 publicado no número anterior, que de forma exaustiva tratou todos os aspectos desta grande realização da ADFa.

1.º Congresso Nacional de Deficientes

fundamentais deste Congresso, sem esgotar a complexidade e amplitude dos problemas que urge resolver para que se proporcione uma verdadeira Reabilitação e Integração Social, incidirão principalmente na prevenção da deficiência, na Segurança Social, na Educação, no trabalho, na habitação, urbanismo e transportes, nos tempos livres e desporto.

Este Congresso pretende ser também a tomada de consciência dos próprios deficientes a partir das suas experiências, na luta desenvolvida depois do 25 de Abril, da necessidade de um maior conhecimento mútuo e de um ataque mais directo às suas condições de existência, despertado em grande parte durante o I Encontro que se realizou em Outubro de 1978.

Procura-se agora a maior participação possível dos deficientes a qual

será conseguida pela discussão e enriquecimento dos textos base do Congresso, que serão divulgados pelas Associações sectoriais, Centros de Reabilitação e de Trabalho dos Deficientes, pelas estruturas regionais das Associações promotoras do Congresso e por todas as organizações ainda que não ligadas directamente a estes problemas e que manifestem interesse na sua participação; bem como por todos os deficientes não filiados em instituições e que pretendam colaborar activamente nesta iniciativa.

POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA
PELO RECONHECIMENTO DA CIDADANIA TOTAL

Lisboa, 27 de Novembro de 1979,
O SECRETARIADO DO CONGRESSO

Nacional de Deficientes funciona no Palácio da Independência, Largo de S. Domingos, em Lisboa, 1194 CODEX, com o telefone 362167 (ext. 3), para onde devem ser pedidas todas as informações e dirigida toda a correspondência.

JORNAL «ELO»

CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO E ASSINATURAS

— COLABORA

NOTA: O Gabinete de Apoio ao 1.º Congresso

APD CONVOCA

CONGRESSO NACIONAL DE DEFICIENTES

estejam associados em qualquer das Associações de Deficientes já existentes.

Foi também afirmado que os textos a serem publicados e distribuídos pelas duas Associações que convocam o Congresso, pretendem, para além de tudo, servir como documentos de trabalho e análise a serem discutidos e enriquecidos em largas e

os Deficientes congénitos (de nascença) até aos deficientes por acidentes vários e inclusive tem sócios mesmo sem serem Deficientes, enquanto da ADFA, como muito claramente diz nos seus Estatutos, só poderão ser sócios os Deficientes que se tenham deficientado quando ao serviço das Forças Armadas, os quais deve-

tugal), Associações de Pais e Amigos de Crianças Deficientes, Associações de Surdos, Sinistrados do Trabalho, etc., enfim, todas as que queiram participar nesse diálogo necessário.

Como grande problema dos Deficientes, apontado após várias perguntas postas à Mesa da Conferência, é a luta pelo direito inalienável dos Deficientes à integração social que passa realmente pelos diversos temas apontados no documento-convocatória do Congresso e que são:

— prevenção da deficiência; educação, reabilitação do próprio indivíduo e reabilitação profissional; direito ao trabalho, à habitação, aos transportes, à cultura, desporto, tempos livres, segurança social; ensino de novas profissões, etc.

Vejamos:

— Como pode haver integração social se ao Deficiente não são reconhecidos todos estes direitos?

Como foi afirmado na Conferência não basta reco-

nhecê-los no papel, é necessário pô-los em prática.

Urge formar técnicos de ensino para Deficientes, monitores para reabilitação funcional, monitores para o ensino de profissões compatíveis, abrir escolas e centros onde esses técnicos trabalhem e onde ao Deficiente seja permitido encontrar o seu próprio caminho, a forma de ser útil e de se integrar na Sociedade.

É absolutamente necessário que o Deficiente SAIBA de uma vez por todas que, aconteça o que acontecer, ele tem o seu futuro assegurado sem precisar de estender a mão à «caridade» (forma amesquinante de sobrevivência), que o Deficiente SAIBA que se precisa de uma prótese, cadeira ou qualquer outro material, pode alcançá-lo porque existe Segurança Social.

Para haver integração social é também necessário que haja habitação própria ao alcance do Deficiente, assim como se precisarmos de sair à rua devemos ter transportes apropriados. Além disso os edifícios, prin-

cipalmente os públicos, devem estar ao alcance dos Deficientes, abolindo-se todas as barreiras arquitectónicas.

A Sociedade tem de saber que o Deficiente é um cidadão de pleno direito e não um «bicho raro» a quem se ignora ou, o que ainda é pior, se trata de uma forma comiserativa.

Não podemos esquecer o ainda recente caso da nossa Delegação de Coimbra em que à última hora nos foi negada a venda de um andar porque os filhos duns «senhores» se podiam chocar por ver Deficientes.

Para obviar a essa falta de informação da Sociedade nada melhor do que às Organizações de Deficientes ser dado espaço nos vários canais de Informação, muito especialmente nos de propriedade pública.

É pois para juntar esforços na luta pela resolução destes e de muitos outros problemas que as duas Associações tomaram a iniciativa de convocar o 1.º Congresso Nacional de Deficien-



abertas reuniões que se realizarão a partir de Janeiro.

É, pois, necessário que todos nós, camaradas, nos preparemos para participar activamente nessas discussões, dando a nossa melhor contribuição para que este 1.º Congresso Nacional de Deficientes (para além das falhas próprias de uma primeira realização) seja, apesar de tudo, um grande congresso.

Foi ainda reafirmado, após pergunta posta por um jornalista, que embora sejam comuns muitos dos problemas que os Deficientes enfrentam e que terão de resolver em conjunto, estava fora de causa qualquer possibilidade de unificação das duas Associações promotoras, dado que para além de soluções que podem e devem procurar em conjunto, ADFA e APD têm, realmente, caminhos e tónicas diferentes. São ambas grandes Associações e muito especialmente, no que nos diz respeito, com dinâmica e vida próprias diferentes, tendo sido apontados como realce desses aspectos o facto de a APD conter no seu seio os mais diferentes tipos de Deficientes, que vão desde

rão ser à partida os principais interessados na significação e resolução dos problemas dos Homens que ao seu serviço adquiriram a sua deficiência.

Foi ainda salientado que neste princípio o que se pretende é criar um espaço de diálogo e esforço conjunto para a resolução das nossas carências, diálogo e esforço que passa não só por estas duas Associações mas por todas as outras Organizações de Deficientes, que são várias dezenas no nosso País, desde as Cercis (de Norte a Sul), as Associações de Cegos existentes (Braille, João de Deus, Norte de Por-

CONVÍVIO COMEMORATIVO DO 5.º ANIVERSÁRIO DO «ELO»

Para comemorar o 5.º aniversário do «ELO» reuniram-se no passado dia 23 de Novembro em Lisboa, num jantar convívio realizado no bar da Sede, algumas dezenas de sócios e amigos e que decorreu com grande alegria e vivacidade pela noite dentro.

Alegria pelo caminho já percorrido; alegria pela certeza de que o que está por fazer será feito (apesar

das contrariedades que irá encontrar); alegria porque era o Quinto Aniversário do «ELO», o nosso «ELO» e vínculo da nossa unidade, a nossa forma de ligação ADFA-sócios e vice-versa; alegria pela certeza de que não era um qualquer jornal que comemorava o seu 5.º Aniversário mas sim o ELO da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Durante o convívio usaram da palavra quatro associados (entre os quais o Presidente da Direcção Central) cuja tónica de intervenções se podem resumir aos seguintes pontos:

1.º — O nosso «ELO» precisa de uma cada vez maior participação das Zonas, Delegações e Sócios em geral para que a sua qualidade e intervenção cresçam mês a mês;

2.º — O nosso «ELO» necessita que todos nós nos empenhemos mais e mais na sua difusão assim como numa grande recolha de assinaturas;

3.º — É necessário elaborar e discutir a nível nacional e pelo maior número de associados o «Estatuto do ELO»;

4.º — O «ELO» tem que sistematicamente e através da nossa participação melhorar a sua qualidade informativa, técnica e recreativa, assim como a sua distribuição.

Estas foram, no funda-

mental, as grandes linhas de força das quatro intervenções proferidas.

Foi também noticiado que a partir de agora o «ELO» começaria a ser gravado, pelo que os camaradas que queiram posuir a sua gravação deverão enviar cassetes ou o seu pedido contra reembolso.

O convívio, como atrás se disse, continuou pela noite com poemas e canções dos nossos camaradas e amigos presentes a esta Festa de Comemoração e terminou com um grande «Viva o ELO», «Viva a ADFA».

MENSAGEM DOS ÓR AOS SÓCIOS FA DA

Por que a ADFA é o conjunto de todos os seus sócios — Continente e Ilha — representados através das zonas a que respectivamente pertencem, o aniversário que a Delegação de Évora agora comemora ultrapassa necessariamente, as «fronteiras» alentejanas. É a ADFA, no seu todo, que hoje está em festa!

Independentemente do prazer pessoal de cada um de nós — que é grande — esse é o significado de estarem aqui representados

PORTO E FAMILIÇÃO PORTANTE

Adidos que se inscreveram no estatuto das Delegações do Continente, que a mesma noite, dia 22 de Dezembro, no cinema Júlio Dinis, na Rua 323, junto à Praça da cidade do Porto.



NATAL - ADFA - 79

VOLTAMOS A LEMBRAR

A Festa de Natal da ADFA, ao longo destes 5 anos de realização, tem-se afirmado continuamente como uma das mais ricas iniciativas de carácter associativo, pois mobiliza centenas e centenas de associados por todo o País, contribuindo assim para uma maior ligação ADFA-Sócios.

A riqueza da nossa festa, pode e deve medir-se também pela extraordinária aderência e grande carinho das crianças e filhos dos nossos camaradas, chegando ao ponto de «exigirem» aos pais a vinda à festa da ADFA, em detrimento das realizadas nas empresas onde trabalham.

Devemos salientar também todo o carinho e interesse manifestado por dezenas de artistas, desde os Cantores aos desejados Palhaços, passando pelos do Teatro, sejam eles profissionais ou não, que ao longo destes cinco anos têm dado a sua contribuição a estas realizações.

Assim, mais uma vez e à imagem dos anos anteriores, a ADFA, tanto na Sede como nas Delegações, realiza as suas festas de Natal, das quais seguem mais notícias.



SEDE LISBOA

A Festa de Natal da Sede, como já foi dito no número anterior do nosso jornal, realiza-se em Lisboa no Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, Avenida Rainha D. Amélia (ao Lumiar), às 15 horas do dia 15 de Dezembro e já conta entre outros

com dois grupos de palhaços, os Brotas, do Barreiro, e os Trim-Trim, do Centro Cultural dos Trabalhadores dos TLP, com um coro e outros divertimentos, além das habituais lembranças aos mais pequeninos.

Lembramos os sócios que a Festa se realiza para os mais pequeninos e que depende de todos nós a sua Festa.

Vamos pois tentar que seja uma boa Festa para os mais pequeninos.

Delegação de Viseu

Face à aproximação da data da Festa de Natal, passamos a dar em definitivo o programa de que se compõe a festa, conforme foi prometido no último número do «Elo».

Assim, o almoço tem início às 12 e 30, seguindo-se a actuação de palhaços que farão a entrega das lembranças aos filhos dos associados. Seguir-se-á a inter-

venção de um grupo de Fados de Coimbra.

Portanto, tudo se conjuga para que esta festa seja uma forma de convívio em torno dos sócios da ADFA e seus familiares e em especial um dia de festa para as crianças.

Chamamos a atenção dos sócios para não deixarem para a última hora a inscrição na Festa de Natal.

ENCERRAMENTO DA DELEGAÇÃO DE VISEU NO DIA 24 DE DEZEMBRO

Como forma de compensação do trabalho que irá ser desenvolvido pelos trabalhadores na realização da Festa de Natal em 22 de Dezembro, foi proposto e aceite em reunião de direcção o encerramento da delegação no dia 24 de Dezembro.

DELEGAÇÃO DE SETÚBAL

A delegação de Setúbal organiza a Festa de Natal para os filhos dos sócios da ADFA da sua área no dia 15 de Dezembro, pelas 15 horas, na sede da Delegação.

Os sócios da área foram todos avisados directamente pelos serviços da Delegação. A Festa promete e lá estaremos todos com os mais pequeninos.

Delegação de Coimbra

Contrariamente ao divulgado no nosso último jornal, a Delegação de Coimbra realizará a sua anunciada festa de Natal, no dia 15 de Dezembro, e não no dia 8 do mesmo mês.

PROGRAMA

DANÇAS E CANTARES ALUSIVOS AO NATAL
FILMES DE DESENHOS ANIMADOS
CANÇÕES PELO GRUPO JUVENIL 4
ACTUAÇÃO DE UM JOVEM ACORDEONISTA
PALHAÇOS
DISTRIBUIÇÃO DE BRINQUEDOS

O convívio efectua-se no salão dos Bombeiros Voluntários, na Avenida Fernão de Magalhães, em Coimbra, com início marcado para as 14 horas.

A apresentação do programa, estará a cargo do nosso habitual colaborador, assinante do nosso jornal, sr. Gomes.

Delegação de Ponta Delgada

A semelhança do ano anterior, a Delegação de Ponta Delgada, promove a já habitual festa de Natal, para os filhos dos sócios das ilhas de S. Miguel e Santa Maria.

Os sócios interessados devem contactar os serviços da Delegação, indican-

do o n.º de filhos e as respectivas idades.

A FESTA tem lugar no dia 15 de Dezembro, pelas 14 horas, na sede da Delegação, situada na Rua Ernesto do Canto, 22, em PONTA DELGADA.

NOTA — Para os sócios residentes na ilha de SANTA MARIA a Direcção da Delegação desloca-se no

dia 14 (véspera da FESTA) a esta ilha a fim de proceder à entrega dos brinquedos aos filhos dos sócios interessados.

Entretanto, até à data da FESTA, os Serviços de Delegação informarão por escrito os sócios de SANTA MARIA do local e hora onde será efectuada a distribuição acima referida.

Concurso de desenhos

PARA OS MAIS PEQUENOS

No ELO especial editado em Abril deste ano a ADFA abriu um Concurso de Desenhos para um Cartaz das Comemorações do próximo Aniversário do 25 de Abril.

O ELO comunica que já recebeu cerca de trinta desenhos colectivos e individuais e lembra que o prazo para entrega termina em 31 de Dezembro.

Podem concorrer, crianças ou jovens até 14 anos.

Faz o teu desenho e envia-o até ao próximo dia 31 de Dezembro à Associação dos Deficientes das Forças Armadas, Largo de S. Domingos, 1194 Lisboa Codex.

Se o teu desenho for um dos três a seleccionar por um júri que será constituído na ADFA receberás uma biblioteca infantil.

Os desenhos podem ser colectivos.



A NOSSA MEDALHA

ENCONTRA-SE À VENDA

EM TODAS

AS DELEGAÇÕES

DA ADFA

SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

O Quinto Governo Constitucional fixou há pouco tempo o novo salário mínimo nacional.

— Como grande parte dos sócios da ADFA estão directamente interessados nesta questão por motivo do cálculo das suas pensões;

— Como a quase totalidade dos sócios da ADFA, como trabalhadores que são, estão interessados neste tema;

— Como ainda, desta vez, há pequenas inovações nos critérios de atribuição do salário mínimo nacional em caso de desemprego,

Entendeu por bem a Redacção do ELO publicar parte desta legislação recentemente promulgada como a seguir se transcreve do Diário da República.

1. Observando o disposto na alínea a) do artigo 54.º da Constituição e dando cumprimento ao Programa do Governo no que nele se enuncia em relação à defesa do poder de compra dos traba-

lhadores, vem o presente diploma proceder às imprescindíveis actualizações dos valores das remunerações mínimas nacionais referentes aos sectores de indústria e serviços, trabalho rural e serviços domésticos.

2. Na elaboração do presente diploma não deixou de se ter em atenção os resultados práticos da legislação anterior, bem como dos trabalhos preparatórios produzidos pelo IV Governo nesta matéria, com as necessárias adaptações decorrentes das exigências determinadas pela actual conjuntura, marcada por uma elevada taxa de inflação e pela necessidade de, numa perspectiva social, lhe dar uma resposta adequada e realista.

Para além disso, e no que respeita à necessidade do cumprimento do disposto nos artigos 56.º e 58.º da Constituição e na Lei n.º 16/79, de 26 de Maio, foram também devidamente ponderadas as observações produzidas na se-

quência da discussão pública a que foi submetido pelo Governo anterior o projecto de diploma.

Nos termos do n.º 2 do artigo 231.º da Constituição, foram ouvidas as regiões autónomas, tendo, porém, sido apreciadas as sugestões recolhidas à luz dos princípios gerais do direito laboral.

3. A fixação dos novos valores da remuneração mínima garantiu a obediência a princípios que se consideram básicos na matéria.

Assim, ao estabelecer-se o actual sistema de remunerações mínimas, houve a preocupação de atender às condições de emprego de grupos profissionais devidamente identificados, cuja necessidade de protecção se revela imperiosa. Se, por um lado, esteve sempre presente a preocupação de atender às necessidades básicas dos trabalhadores e respectivos agregados familiares, não quis iludir-se, contudo, a efectiva existência de condições pre-

cárias em certas áreas de actividade económica.

O reconhecimento destas realidades constitui importante factor de ponderação, tendo em vista um equilíbrio entre a satisfação das exigências de defesa do poder de compra dos trabalhadores e a necessidade de evitar o agravamento das já difíceis condições de emprego.

Os montantes agora fixados inserem-se numa linha de evolução que, abandonando a perspectiva da satisfação das necessidades individuais do trabalhador, se encaminha gradualmente para uma concepção mais ampla que visa compreender as necessidades respeitantes à subsistência do agregado familiar em que o trabalhador se integra.

Quebrada a lógica que presidia à fixação do salário mínimo nacional, há que aprofundar em todas as direcções a via agora adoptada, procurando encaminhar soluções que permitam também a revisão periódica da remuneração

mínima no início de cada ano civil.

Este aspecto, se se mostra importante para os trabalhadores, é igualmente relevante para os empregadores, que terão de o assegurar.

Para além disso, impõe-se, para o futuro, aperfeiçoar o conceito actual de salário mínimo nacional, não o reduzindo a uma mera prestação pecuniária, mas entendendo-o como uma realidade social mais complexa, em que aquela prestação é complementada por benefícios de carácter social que permitam cada vez mais integralmente a satisfação das necessidades mínimas familiares.

4. Os valores fixados no presente diploma constituem um aumento substancial relativamente aos que se encontram em vigor deste Abril de 1978, que, em média, atingem um acréscimo da ordem dos 33 por cento.

Tal acréscimo não foi uniforme, uma vez que se procurou fazer aproximar as ca-

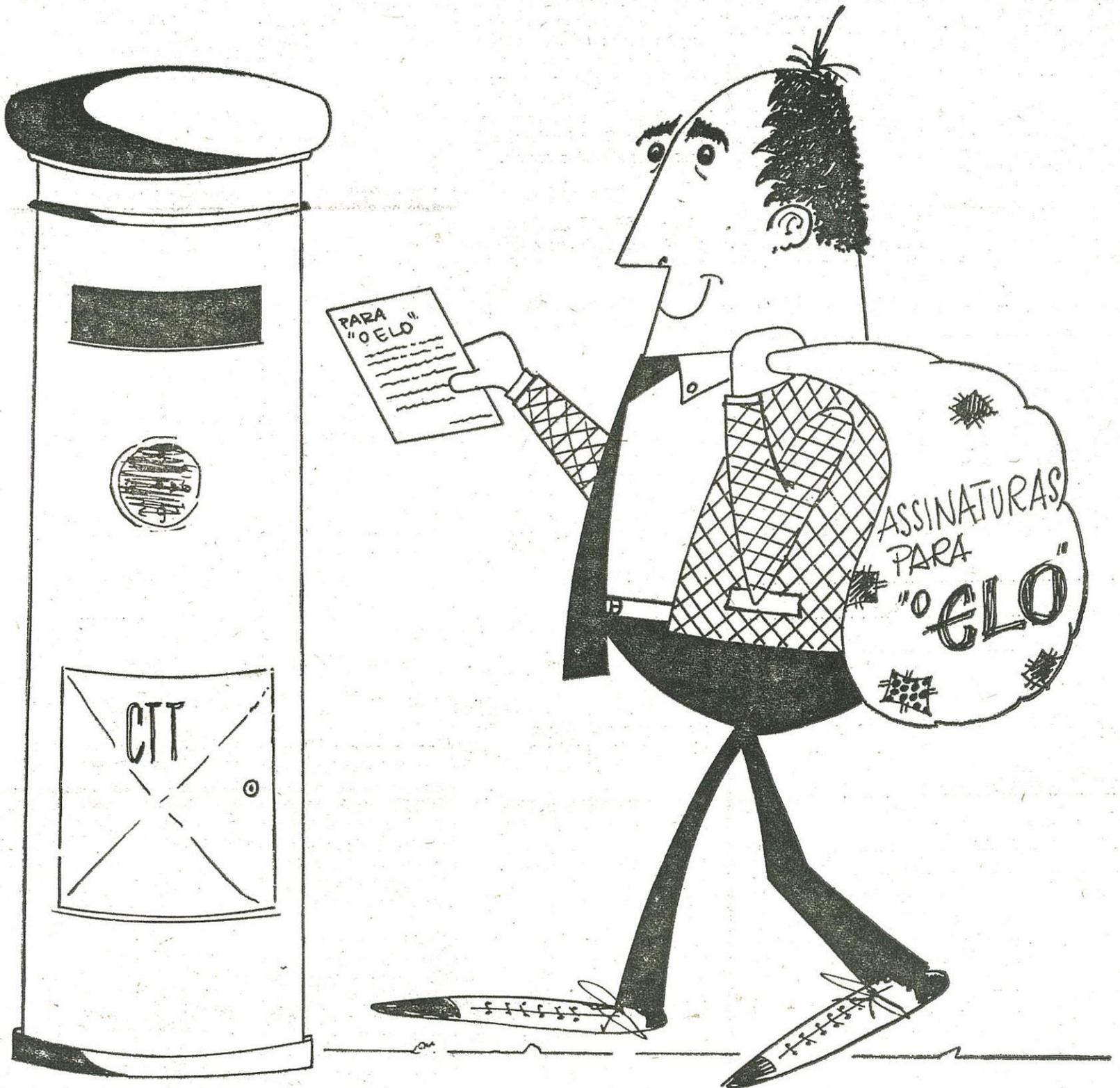
tegorias salariais mais baixas das mais elevadas. De facto, as taxas de actualização referentes aos salários dos trabalhadores rurais (mais 32,6 por cento) e dos trabalhadores dos serviços domésticos (mais 34,3 por cento) são superiores à adoptada para os trabalhadores da indústria e serviços (mais 31,6 por cento).

5. Se, por um lado, o Governo tem consciência de que as remunerações mínimas agora estabelecidas se encontram aquém das necessidades básicas do agregado familiar do trabalhador, por outro lado não perdeu de vista a existência de sectores de actividade onde tais valores poderão acarretar um agravamento da situação financeira das empresas.

Dáí que, apesar das reservas que esta medida suscita, continuem a prever-se isenções em casos em que um aumento de encargos superior a 10 por cento, determi-

(Continua na 10.ª pág.)

CAMPANHA DE ASSINATURAS



NANI/78

« COLABORA »

SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

(Continuação da 9.ª pág.)
nada pela elevação dos salários mínimos, possa implicar para as empresas em causa com imediata repercussão na situação laboral dos seus trabalhadores.

Nestes termos:
O Governo decreta, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Remuneração mínima mensal garantida)

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, são garantidas as seguintes remunerações mínimas mensais aos trabalhadores por conta de outrem:

- a) 4700\$00 para os trabalhadores do serviço doméstico;
- b) 6100\$00 para os trabalhadores dos sectores da agricultura, pecuária e silvicultura;
- c) 7500\$00 para os restantes trabalhadores.

2 — Para os efeitos do número anterior, consideram-se:

- a) **Trabalhador do serviço doméstico.** — Trabalhador que, por força do contrato de serviço doméstico, exerça com carácter regular funções destinadas à satisfação das necessidades domésticas e familiares de um agregado familiar ou equiparado e dos respectivos membros;
 - b) **Trabalhadores dos sectores da agricultura, pecuária e silvicultura.** — Trabalhadores que prestam serviço a entidades patronais que se dediquem exclusivamente à agricultura, pecuária e serviços relacionados com a agricultura, silvicultura e exploração florestal, com o âmbito sectorial definido pela classificação das actividades económicas portuguesas por ramos de actividades (CAE).
- 3 — As remunerações mínimas mensais fixadas no n.º 1 entendem-se como referentes a trabalho em tempo completo

to correspondente à duração máxima legal, à determinada em instrumento de regulamentação colectiva de trabalho ou à ajustada em contrato individual de trabalho, não podendo, porém, neste último caso, ser considerado como trabalho em tempo completo o que tiver duração inferior a trinta e seis horas por semana.

4 — O valor da remuneração mínima mensal garantida aos trabalhadores em tempo completo pagos ao dia, à semana ou à quinzena será o fixado no n.º 1 deste artigo e no artigo 2.º, sem prejuízo de o cálculo de remuneração horária ser feito nos termos do n.º 1 do artigo 3.º, sendo n o período normal de trabalho semanal a que o trabalhador estiver obrigado por lei, instrumento de regulamentação colectiva de trabalho ou contrato individual de trabalho.

ARTIGO 2.º

(Remuneração mínima mensal garantida em casos especiais)

Sem prejuízo de que, na mesma empresa, a trabalho igual deve corresponder remuneração igual, são garantidas aos trabalhadores de idade inferior a 20 anos as seguintes remunerações mínimas mensais:

- a) Aos trabalhadores de idade inferior a 18 anos, uma remuneração mínima igual a 50 por cento dos montantes fixados no n.º 1 do artigo anterior;
- b) Aos trabalhadores de idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 20 anos, uma remuneração mínima igual a 75 por cento dos montantes fixados no n.º 1 do artigo anterior.

ARTIGO 3.º

(Remuneração mínima horária garantida)

1 — Para os efeitos do presente diploma, o valor da remuneração mínima horária garantida, para os trabalhadores a tempo não completo, é determinado pela seguinte fórmula:

terminado pela seguinte fórmula:

$$\frac{Rmg \times 12}{52 \times n}$$

sendo Rmg o valor d. remuneração mínima mensal garantida no n.º 1 do artigo 1.º e no artigo 2.º e n o período normal de trabalho semanal máximo nacional fixado na lei geral do trabalho, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Quando os trabalhadores a tempo não completo estiverem integrados num sector de actividade ou empresa em que, por força de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, se prati-

que para idêntica profissão uma duração normal máxima de trabalho inferior à fixada na lei geral, o valor de n será o daquela duração normal.

ARTIGO 4.º

(Conteúdo das remunerações mínimas garantidas)

As remunerações mínimas garantidas fixadas nos artigos anteriores não abrangem quaisquer subsídios, gratificações, prémios ou outras prestações equiparadas.

ARTIGO 5.º

(Deduções do montante das remunerações mínimas garantidas)

1 — Sobre o montante da remuneração mínima garantida incidem as seguintes deduções:

a) Valor da remuneração em géneros e da alimentação, desde que usualmente praticadas na região no sector de actividade ou na empresa e cuja prestação seja devida por força de contrato de trabalho e com natureza de retribuição;

b) Valor do alojamento prestado pela entidade patronal, devido por força de contrato de trabalho e com natureza de retribuição.

2 — As prestações em alimentação e géneros alimentícios, em alojamento e em outros géneros referidos no número anterior não poderão ser avaliadas segundo preços superiores aos correntes na região.

3 — Os valores máximos a atribuir à alimentação e géneros alimentícios, ao alojamento e aos outros géneros referidos no n.º 1 deste artigo não poderão ultrapassar, respectivamente, 40 por cento, 9 por cento e 1 por cento da remuneração mínima mensal garantida.

4 — O valor da prestação mínima garantida não poderá, em caso algum, ser inferior a metade do respectivo montante.

V GOVERNO — ANTI PACOTE SOCIAL

Dos sucessivos Governos pós 25 de Abril que têm passado por S. Bento pode dizer-se que alguns, poucos, se têm preocupado com os Deficientes, e outros, nada.

O presente Governo, presidido pela engenheira Lurdes Pintasilgo, acaba de tomar uma atitude minimamente favorável às camadas mais desfavorecidas e aos deficientes.

Num País em que os grandes patrões devem milhões à Previdência enquanto os Deficientes Sinistrados no Trabalho andam ao abandono, quase sem garantias sociais, e em que o rendimento do trabalho dos Portugueses vai quase na totalidade parar às mãos de alguns milhares de mãos que continuam à espera da satisfação das mais elementares necessidades básicas, aparece agora um Governo que, a par de coisas condenáveis, também se lembrou dos velhos, dos rurais e dos deficientes.

O «ELO» transcreve na íntegra as disposições do V Governo Constitucional acima referidas e congratula-se com estas medidas sociais.

Resolução n.º 336/79

A situação dos estratos mais desfavorecidos da população portuguesa tem constituído motivo de preocupação do Governo, desde o início da sua vigência. E ao anunciar o propósito de promover a melhoria daquela situação, o Governo não ignorava as graves dificuldades que iria encontrar ao procurar concretizá-lo.

Na verdade, um progresso apreciável e duradouro na área social será resultado de medidas de fundo que requerem estudos complexos e morosos e cujos efeitos só se colhem a prazo. Algumas dessas medidas puderam já ser tomadas e outras virão a sê-lo brevemente. Por outro lado, não pode esquecer-se que a conjuntura económica e financeira do País constitui poderoso obstáculo à introdução imediata de melhorias sociais amplas e generalizadas.

Todavia, importa atenuar, dentro do possível e desde já, algumas situações que sobressaem de entre as mais graves.

Neste sentido, reveste-se de inegável significado a criação de esquemas mínimos de saúde e de segurança social destinados a garantir um conjunto de direitos de base a todos quantos permanecem à margem de qualquer dos esquemas de protecção existentes naqueles domínios.

Igualmente necessário é que se proceda ao aumento das pensões mínimas de reforma e de sobrevivência e da pensão social, bem como ao alargamento do abono de família aos filhos dos trabalhadores que dele ainda não beneficiam.

A viabilidade prática das medidas atrás referidas requer que seja assegurada a cobertura financeira dos encargos daí resultantes (no montante de cerca de 15,7 milhões de contos), para o que se torna indispensável uma comparticipação do Orçamento Geral do Estado e o aumento das contribuições para a segurança social.

Este último aumento pode considerar-se moderado, sendo certo que o acréscimo de receita correspondente apenas cobre aproximadamente um terço dos encargos adicionais que os benefícios previstos acarretam. Trata-se de contributos que o alcance social das medidas em causa sobejamente justifica.

Na verdade, as pessoas abrangidas pelos novos benefícios, em número que ultrapassa os 2 milhões, pertencem, indiscutivelmente, aos estratos mais desfavorecidos da população.

Pelo que respeita à segurança social, acresce que a orientação seguida, quer na definição do conjunto de melhorias, quer nas opções respeitantes às contribuições, aponta para a progressiva unificação de esquemas diversos e desarticulados entre si, redu-

zindo, assim, as dificuldades da sua gestão técnica e administrativa e facilitando, do mesmo passo, a análise comparativa daqueles esquemas — tudo factores que se situam na linha de concretização do sistema unificado e universal de segurança social consignado na Constituição.

Nestes termos, o Conselho de Ministros, reunido em 22 de Novembro de 1979, resolveu:

1 — Esquema mínimo de protecção social:

1.1 — É criado um esquema mínimo de protecção social, garantindo direitos de saúde e de segurança social, nos termos a definir em diploma próprio.

1.2 — Na parte respeitante à saúde, o esquema mínimo dará mais expressiva consagração legal a direitos anteriormente reconhecidos, em matéria de assistência médica e medicamentosa, acrescentando-lhes o da aleitação em espécie.

1.3 — Pelo que respeita à segurança social, o esquema mínimo integrará as seguintes modalidades:

- Pensão social;
- Suplemento de pensão a grandes inválidos;
- Pensão de orfandade;
- Abono de família;
- Subsídio mensal a menores deficientes;
- Equipamento social.

1.4 — O direito ao esquema mínimo é independente de contribuição prévia e de vínculo laboral e está sujeito a condições específicas a definir no diploma referido em 1.1.

2 — Aumentos de pensões mínimas:

2.1 — Os valores das pensões passam a ser os seguintes:

	Valor actual	Novo valor
Pensão de invalidez ou velhice do regime geral	2 750\$00	3 600\$00
Pensão de invalidez ou velhice do regime especial (rural)	2 250\$00	3 100\$00
Pensão social	1 350\$00	1 800\$00
Pensão de sobrevivência (mínima) por viuvez	1 250\$00	1 800\$00
	810\$00	1 800\$00

3 — São aumentadas de 2 % as contribuições para o regime geral de previdência, sendo 0,5 % a suportar pelos trabalhadores e 1,5 % pelas respectivas entidades patronais.

4 — A quota mensal fixa dos trabalhadores da agricultura, por conta própria ou por conta de outrem, abrangidos pelo regime especial de previdência, passa a ser de 150\$.

Passa a ser de 7\$/dia de trabalho/trabalhador a quota das entidades patronais para o regime especial de abono de família.

5 — O esquema mínimo de protecção social, os novos valores das pensões mínimas e as taxas e quotas a que se referem os n.ºs 3 e 4 entram em vigor em 1 de Dezembro próximo.

6 — Serão promovidos a constituição e o accionamento de mecanismos que permitam acelerar a recuperação das dívidas das empresas à segurança social.

Com vista a permitir o pagamento dos débitos das empresas do sector empresarial do Estado à Segurança Social, o Estado concederá avales a operações de financiamento àquelas empresas, até ao montante de 1,7 milhões de contos.

7 — Fica o Ministro da Coordenação Social e dos Assuntos Sociais encarregado de submeter com urgência à aprovação do Conselho de Ministros o conjunto de diplomas legais que hão-de formalizar as presentes medidas.

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO «ELO»
ÓRGÃO CENTRAL DA A. D. F. A.

NOME

MORADA

LOCALIDADE

CÓDIGO POSTAL

Para o que junto envio a quantia:

PORTUGAL

ASSINATURA ANUAL 100\$00

ASSINATURA SEMESTRAL 50\$00

ESTRANGEIRO

ASSINATURA ANUAL 200\$00

ASSINATURA SEMESTRAL 100\$00

Assinale no respectivo quadrado com um X o que lhe interessa

A verba correspondente pode ser enviada em Cheque ou Vale de Correio

Recorte e envie à

Redacção do «ELO»
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 Lisboa Codex

TIRAGEM DESTA NÚMERO 8000 EXEMPLARES

SESSÃO SOBRE O DESARMAMENTO NA SEDE DA ADFA

A Direcção Central da ADFA organizou no dia 31 de Outubro uma Sessão Pública sobre Desarmamento, como já no último «Elo» foi noticiado.

Deram a sua colaboração a esta sessão o Conselho

fessor Remi Freire e dois membros da Direcção Central da nossa Associação.

A conferência, movimentada e concorrida, abriu com um filme sobre o perigo de uma guerra nuclear (este filme é da ONU e foi projec-

figuras conhecidas, entre as quais o almirante Rosa Coutinho.

A Primeiro-Ministro, engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, telefonara ao princípio da noite lamentando não estar presente por

do Desarmamento através de telegrama que dirigiu à ADFA justificando o seu impedimento de comparecer.

Após o filme, um dirigente da ADFA leu a mensagem do 1.º Encontro Mundial de Ex-Combatentes para o Desarmamento realizado em Roma em Outubro de 79 com representantes de 54 países do Mundo.

Depois falaram sucessivamente os drs. Raul Trejos, Prof. Remi Freire e Sérgio Ribeiro, encerrando esta parte o camarada Maurício, presidente da Direcção Central, que focou a importância que no Encontro de Roma foi dada à necessidade de fazer justiça às actuais Vítimas de Guerra.

A encerrar a Conferência houve um período de perguntas da assistência a que os membros da Mesa responderam com agrado geral de todos e que se basearam na importância do fim da Corrida aos Armamentos para atingir a Paz, assim como a enormidade de realizações sociais que se levariam a cabo com o que actualmente se gasta em despesas militares.

Foi uma boa e participada realização da ADFA que importa continuar em nome da Paz e do Desarmamento, conforme propósito da ADFA desde a sua fundação.



Aspecto da Mesa que presidiu à Sessão sobre o Desarmamento e que, além dos dois representantes da ADFA, contou também com o prof. Remi Freire, Dr. Raul Trejos, Director do Centro de Informações da ONU, e Dr. Sérgio Ribeiro, do CPPC

Português para a Paz e Cooperação, que se fez representar nomeadamente pelo dr. Sérgio Ribeiro e ainda o Centro de Informações das Nações Unidas em Portugal representado pelo seu director, dr. Raul Trejos. Usaram igualmente da palavra o Pro-

tado pela RTP poucos dias depois).

Na assistência encontravam-se o Conselheiro da Revolução coronel Pezarat Correia, que foi portador de uma mensagem do Conselheiro da Revolução Major Vasco Lourenço, e muitas outras

se encontrar em Conselho de Ministros.

Telefonou igualmente não poder estar presente o Conselheiro da Revolução capitão Sousa e Castro.

Também o general Costa Gomes se solidarizou nesta causa do Desarmamento e

REPRESENTANTE DA ONU EM PORTUGAL FALA DO DESARMAMENTO PARA A PAZ

Intervenção do Dr. Raul Trejos, Director do Centro de Informações das Nações Unidas em Portugal, na sessão sobre o Desarmamento realizada na Sede da ADFA em Lisboa, no passado dia 31 de Outubro.

A semana destinada a promover os objectivos do desarmamento, que hoje se encerra, é fruto de uma decisão tomada pela Assembleia Geral Extraordinária das Nações Unidas, exclusivamente dedicada ao estudo dos problemas relativos ao desarmamento. Essa decisão constitui parte integrante do Programa de Acção aprovado pela mesma Assembleia.

O pequeno filme que acabámos de ver ilustra muito bem o que se afirma no primeiro parágrafo da Introdução ao Programa de Acção para o Desarmamento aprovado naquela Assembleia Geral, no qual se diz expressamente:

«Alcançar os objectivos da segurança, que é um elemento inseparável da paz, tem sido sempre uma das principais aspirações da humanidade. Durante muito tempo, os Estados procuraram manter a sua segurança através da posse de armas. E, de facto, em certos casos a sua sobrevivência dependeu efectivamente de terem podido contar com os meios adequados à sua defesa. Todavia, a acumulação de armamentos, em particular dos nucleares, constitui hoje em dia uma ameaça e não uma protecção para o futuro da humanidade. Chegou portanto o momento de pôr fim a esta situação, de abandonar o recurso à força nas relações internacionais e de procurar a segurança no desarmamento...»

A comunidade internacional chegou hoje em dia à convicção de que, para manter a paz e segurança internacionais, que continuará a ser um

dos principais objectivos das Nações Unidas, é imprescindível pôr cobro à corrida aos armamentos e, ao mesmo tempo, fazer progressos reais no tocante ao desarmamento, tanto no domínio nuclear como no das armas convencionais.

Para chegar a esta conclusão, foi necessário inclusivamente alterar a interpretação do esquema aprovado em São Francisco para a manutenção da paz. Recorde-se que a Carta de São Francisco colocava o seu ênfase na segurança como forma de assegurar a paz. Para isso foi concebido o mecanismo do Conselho de Segurança, em que as grandes potências com estatuto de membros permanentes desse órgão seriam as principais responsáveis pela manutenção da paz, usando para tanto da sua influência e poderio nas esferas diplomáticas, económicas e militar.

Se pudéssemos resumir, num lema, a ideia de São Francisco, diríamos que ele seria: paz através da segurança, em vez de paz através do desarmamento.

Contudo, o nascimento da era nuclear, que foi posterior a São Francisco, veio demonstrar-nos que é impossível manter uma paz estável assente no equilíbrio dos armamentos.

Ninguém hoje em dia aceita mais o velho aforismo castrense de que a melhor maneira de garantir a paz é estar preparado para a guerra. Uma situação de equilíbrio nuclear entre as potências que possuem armas atómicas poderá sem dúvida evitar um conflito. Mas a paz mantida desta forma assenta no medo dum holocausto nuclear e não na convicção de que a humanidade deve viver em harmonia, num clima de confiança e de respeito entre os Estados.

Referindo-se a este aspecto das relações internacionais, o Papa João Paulo II, de forma muito clara e eloquente no

discurso que pronunciou no passado dia dois de Outubro perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, alertou o mundo para o perigo da corrida aos armamentos e manifestou também a sua preocupação pela coexistência do desejo de paz com um outro, talvez latente ou condicional, que nega e contradiz esse desejo de paz. O Papa João Paulo II acrescenta, e cito as suas próprias palavras, que «os constantes preparativos para a guerra evidenciados pela produção, em vários países, de armas em cada vez maior número, e cada vez mais poderosas e sofisticadas, demonstra que existe o desejo de se estar preparado para a guerra, e estar preparado significa estar em condições de iniciá-la; significa também correr o risco de que, em qualquer momento, nalgum lugar e de alguma forma, algo possa pôr em movimento o terrível mecanismo da destruição total» — fim de citação. (esse algo pode ser, inclusivamente, o capacete do soldado que vimos no filme apresentado esta noite).

Sua Santidade continua dizendo que é portanto necessário fazer esforços permanentes e ainda mais enérgicos para eliminar toda e qualquer possibilidade de provocar uma guerra, e tornar impossível essa catástrofe. Como conseguiu perguntar-se, para logo a seguir responder: influenciando as atitudes e convicções, e até mesmo as intenções e aspirações dos governos e dos povos.

Os principais obstáculos até agora encontrados para que se consigam efectivamente progressos no campo do desarmamento têm sido e continuam a ser de natureza política. Num clima de tensão e desconfiança mútua entre as nações, torna-se difícil, senão mesmo impossível, qualquer negociação construtiva no campo do desarmamento. É por

isso que vimos que na década de cinquenta não houve qualquer possibilidade de realizar progressos no desarmamento. Os progressos alcançados nas décadas de sessenta e setenta foram sem dúvida resultado directo, em grande parte, da melhoria das relações internacionais, da política de coexistência pacífica, em suma da nova política de desarmamento, conjugada com a participação cada vez mais activa e directa do Terceiro Mundo nas negociações do desarmamento, depois que este grande bloco de países não se resignou a continuar desempenhando o papel de espectador nas negociações que as grandes potências levavam a cabo relativamente ao desarmamento.

As negociações diplomáticas são sempre difíceis e demoradas. A impaciência não é admissível em negociações diplomáticas, e muito menos quando estas se prendem com o tema do desarmamento, já que os estados negociam a sua própria segurança.

Nestas circunstâncias, é perfeitamente compreensível que nenhum político possa assumir compromissos que envolvam a segurança do Estado a que pertence enquanto não estiver convencido de que a sobrevivência do seu próprio país não será afectada pelas obrigações internacionais a assumir.

Um clima de confiança e de desarmamento nas relações internacionais constitui pois um pré-requisito, *sine qua non*, de qualquer negociação efectiva no domínio do desarmamento.

Por isso se pode afirmar que o melhor aliado da paz é a negociação efectiva no campo do desarmamento, já que ela é indício da existência dum clima de confiança e harmonia entre os Estados, que constitui o verdadeiro penhor dum paz firme e duradoura.

APELO

Apela-se a todos os Sócios e Familiares (cuja lista a seguir se transcreve) que, no interesse da nossa Associação, devolvam no mais curto espaço de tempo os materiais escolares ainda em seu poder.

Dado que muito desse material deve ficar de ano para ano para outros camaradas Deficientes e que na maior parte dos casos está parado, não servindo a ninguém, solicita-se não só aos interessados a sua devolução mas também aos camaradas que os conheçam o favor de os avisar pessoalmente.

A ADFA é de nós todos, pelo que em conjunto devemos usufruir não só dos nossos direitos mas também dos nossos deveres.

Vem cá, pois, com a maior urgência.

Se continuare a necessitar desse material o que deves fazer é requisitá-lo de novo.

Segue-se a lista de camaradas que não entregaram o material didáctico desde o início do funcionamento da Escola da ADFA:

Avelino Almeida Carmo — 1977
Alcides Teixeira Pinto — 1977
Aires Clemente — 1976
Adão Justino Teixeira Silva — 1975
Alípio R. Paulino — 1975
Américo Silva Carvalho — 1974
Aníbal Rodribues — 1975
António Pagónis — 1975
António da Costa Oliveira — 1976
António Filipe — 1974
António Sambo Djaura — 1976
António Maria Gonçalves Serra — 1974
António Joaquim Galhano — 1975
António Martins Ventura — 1976
António Palma Bento — 1974
Arlindo dos Santos — 1976
Augusto R. Canta —
Avelino Estevão Oliveira — 1974/75
Boi Baldé — 1976
Cândido Baptista Rodrigues — 1977
Carlos Albino Dias Lourenço David —
Carlos Alberto Teixeira — 1976
Carlos Augusto Almeida — 1975
Carlos Augusto Franco da Cruz — 1975
Carlos Alberto C. Azevedo — 1976
Casimiro Correia da Silva — 1975
David Silva da Cunha — 1974
Eduardo A. Magalhães — 1976
Fernando da Costa — 1975
Fernando Gonçalves Barros — 1975
Fernando Gregório Ribeiro — 1974
Fernando Ribeiro Domingos — 1975
Fernando Teixeira Caetano — 1976
Francisco Domingos Ferreira — 1975
Francisco da Silva Ribeiro Mota — 1975
Francisco Fonseca — 1975
Fortuna Ribeiro Lopes — 1974
Gilberto N. Fernandes — 1975
Inácio António Pratas — 1976
Inácio Maria Barata Leal Varela — 1976
Joaquim José Eusébio — 1977
José Barros Borges — 1977
Jaime Marques Simão — 1977
João António Gembro — 1975
João da Costa Vasconcelos — 1974
João da Cruz G. Marques — 1975
João Evaristo Vieira Oliveira Meneses — 1975
J. Filipe Santos Oliveira — 1975
João Manuel Matias Baptista — 1976
Joaquim Guedes Teixeira — 1975
Joaquim Ludovi — 1976
Joaquim Pereira Gomes — 1975
Joaquim Ribeiro Lopes — 1975/76
Joaquim Vieira Rodrigues — 1976
José António Amaral Barros — 1974
José Alves Dantas — 1975
José Emílio Francisco — 1979
José Pereira — 1975
José Maia — 1974
Luís Pereira de Sousa — 1977
Luís António Fernandes — 1976
Luís António Reis Tomás — 1974
Manuel Fernandes — 1976 — Sócio 2282
Manuel do Nascimento Pinto — 1976
Manuel Neves Cordeiro — 1975
Manuel Luís Martins — 1975
Manuel dos Santos Pinto — 1974
Marcelino Fernando Faleiro G. — 1974
Maria Adelaide Fernandes — 1975
Maria Alice Silva Ferreira de P. — 1975
Maria Clara de Matos Machado — 1976
Maria da Conceição Pereira — 1976
Maria Eugénia S. S. Almeida Coelho — 1974
Maria Justina Pereira — 1975
Maria Silvano Teodoro — 1975
Norberto Lopes Vidinhas — 1977
Orlando da Ressurreição Alves — 1974
Ramiro G. E. Gonçalves — 1976
Rui Silva — 1976
Sérgio F. V. Leandro — 1975

(Continua na 4.ª pág.)

ASSOCIAÇÕES DE DEFICIENTES PROMOVEM EXPOSIÇÃO COLECTIVA NA SEDE DA ADFA

Muito pouco se conhece ainda no nosso País dos problemas reais dos Deficientes — para além dos direitos já consignados na Constituição da República Portuguesa e de alguma legislação ultimamente saída. Pelo grande esforço de informação feito por algumas Associações, com destaque para a ADFA, sabe-se que os deficientes são no fundamental um grupo de «marginalizados» pela sociedade que desde o 25 de Abril e, mercê das Liberdades então conquistadas pelo Povo Português, vem lutando denodadamente por condições mínimas de sobrevivência, pelo seu inalienável direito à vida e à inserção social, para o que precisa de condições mínimas que passam pela Reabilitação, pelo derrube de uma vasta série de Barreiras Sociais e Arquitectónicas (são os hábitos antigos da caridade, do olhar o Deficiente como um ser à parte, são a falta de transporte, de habitação são as salas de espectáculos onde tantas vezes o Deficiente quer entrar e não pode, é a falta de emprego, etc.) e são ainda as de-

ficientes formas de ensino e da própria motivação que ao Deficiente deve ser dada para que o frequente, é enfim a quase nula Reabilitação Profissional.

Sabe-se pois muito pouco da sua luta para fazer avançar a sociedade no que a si próprios diz respeito.

Mas sabe-se ainda menos das suas organizações, assim como de um vasto campo de realidades técnicas e profissionais que, mercê de grande esforço, se têm ido abrindo, um pouco à força de pulso, e que só não foi já mais longe por manifesta incapacidade de quem de direito.

É pois com a intenção de dar mais uma contribuição para o esclarecimento público que a ADFA pôs mãos a uma Exposição que em baixo se descreve e para a qual convidou diversas Associações congéneres.

Esta é, salvo o devido respeito, a primeira iniciativa do género no nosso País. Logo, por isso, ela é, mais que tudo, uma experiência para o futuro e como tal tem que ser entendida.

Esperamos sinceramente que resulte e que a experiência acumulada leve a outras iniciativas do género e sempre para melhor.

A última reunião decidiu enviar a todas as Associações o seguinte convite:

A convite da ADFA e da APD reuniram-se representantes de várias Associações de Deficientes no sentido de estudar a possibilidade, de realizarem uma exposição destinada a sensibilizar e esclarecer o público e reforçar o movimento dos próprios deficientes com vista à sua promoção social. Pretende-se que esta exposição se realize por ocasião do I Congresso de Deficientes programado para o mês de Março. Na referida exposição serão exibidos materiais de ajuda e compensação da deficiência; documentação sobre deficientes. — (Textos, fotografias, slides, filmes etc.) e trabalhos realizados por deficientes.

Para se concretizar este empreendimento pede-se a todas as associações para

enviarem para a ADFA, gabinete do Congresso até 15 de Janeiro, a redacção dos seus contributos para esta exposição, bem como a indicação de outras acções que possam, levar a cabo e se insiram no espírito da referida exposição.

Pede-se também para se fazerem representar numa reunião a realizar no dia 17 de Janeiro às 18.30 na ADFA, para apreciar listas do material disponível e tomar as medidas necessárias à realização da exposição.

Apresentamos os nossos cumprimentos.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFICIENTES SINISTRADOS NO TRABALHO

Da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST), relativamente à convocação do 1.º CONGRESSO NACIONAL DE DEFICIENTES, recebeu a Direcção Central da ADFA a carta que a seguir se transcreve:

Foi com grande satisfação que esta Associação teve conhecimento através dos órgãos da Comunicação Social, da realização de um Congresso de Deficientes, promovido conjuntamente pelas Direcções da ADFA/APD, previsto para o primeiro trimestre do próximo ano.

É tempo de facto de unificar esforços, no sentido de denunciar os graves problemas que a todos nos afectam, bem assim como lutar pela sua resolução.

Como sempre esta Associação se preocupou e lutou pela unidade dos Deficientes, esta Associação envidará todos os esforços no sentido de se conseguirem os objectivos a que nos propomos.

Estamos pois e sempre, à inteira disposição de V. Exas. sempre que os direitos e a defesa dos Deficientes estejam em causa.

Com os n/ votos para que o Congresso obtenha o maior êxito e, de momento,

As nossas melhores saudações associativas
A COMISSÃO DIRECTIVA

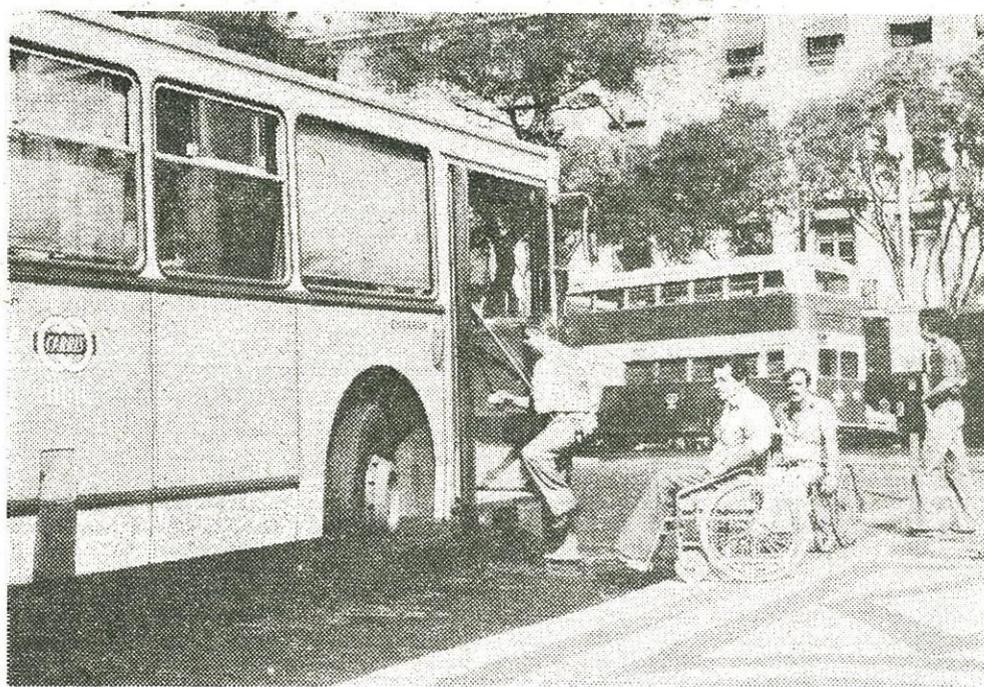
TRANSPORTES PÚBLICOS PARA DEFICIENTES

Os transportes públicos para deficientes são um dos problemas que afligem os deficientes portugueses e para o qual a nossa Associação tem vindo a alertar as entidades competentes, desde os seus primeiros dias.

dos transportes públicos por deficientes motores civis e militares».

Este grupo de trabalho produziu um relatório em que apontava algumas soluções possíveis para o desbloqueamento deste proble-

-autocarro com rádio-telefone, se autocarros maiores que operarão em carreiras pré-determinadas. Esta última hipótese está condicionada devido à falta de estatísticas existentes em relação aos trajectos predomi-



Os Deficientes e os Transportes. Será que desta vez iremos realmente iniciar a sua resolução? Esperamos que sim. Ainda que a título experimental, vale a pena ir-para-a-frente

(Foto FARINHA LOPES)

Problema que as forças políticas em presença se tentam lembrar quando das campanhas eleitorais, mas que logo após as eleições fica nas gavetas e nas boas intenções de quem as proferiu.

Não obstante, continuam os deficientes motores que não têm possibilidades de aquisição de transporte próprio privados de um meio de deslocação minimamente confortável e prático (condigno).

Foi em 1975 que, por despacho de 20 de Maio desse ano, se criou uma comissão que tinha por finalidade, segundo o despacho, «satisfazer os legítimos anseios expressos por diversas organizações no sentido de possibilitar a utilização

ma e para os quais chegou a haver um despacho favorável do Subsecretário dos Transportes e Comunicações, a fim de que se pusessem em prática, em regime de experiência, as soluções apontadas.

Porém, por alguns condicionamentos surgidos, esta experiência não foi levada a cabo; estamos em meados de 1976 e este assunto morre nas gavetas.

Três anos passados, a C. M. L. reactiva o problema e convoca as partes interessadas a fim de se estudar uma experiência piloto na cidade de Lisboa.

Este novo grupo de trabalho está a estudar o tipo de veículo a utilizar, assim como o tipo de exploração do serviço, isto é, se mini-

nantes utilizados pelos deficientes motores.

Irá a ADFA e a APD fazer um levantamento, através de um inquérito, aos deficientes motores do concelho de Lisboa, sobre quais os seus trajectos predominantes.

Ficou a Carris de apresentar um estudo de viabilidade sobre os dois tipos de autocarros para as explorações atrás referidas.

Esperamos que este grupo de trabalho chegue a conclusões válidas e realistas e que os governantes que venham a tomar as rédeas do Governo, após as próximas eleições, pensem que já é altura de haver um transporte público digno para deficientes motores deste País.

ÁREAS RESERVADAS EM PARQUES DA C. M. L. PARA ESTACIONAMENTO DE VIATURAS DE DEFICIENTES MOTORES

Após algumas insistências por parte das Associações de Deficientes junto da vereação da CML, autorizou esta a reserva de espaços nos parques gratuitos que a seguir se descrevem:

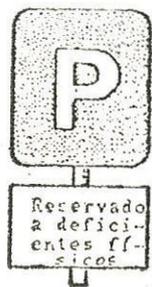
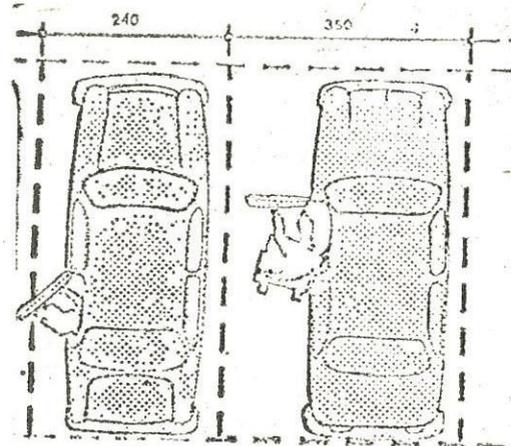
1. Sete Rios (Jardim Zoológico)
2. Entrecampos (Av. 5 de Outubro — Viaduto)
3. Praça de Espanha

4. Campo Pequeno (Praça de Toiros)
5. Praça do Areeiro
6. Parque Eduardo VII (Topo Norte)
7. Duarte Pacheco
8. FIL (Feira Internacional de Lisboa — Av. Índia)

Estes parques terão, a título experimental, 10 espaços reservados para deficientes motores que serão

assinalados com uma placa igual à da figura.

Esta medida não satisfaz por completo as solicitações das Associações, pois ela não abarca as necessidades de estacionamento nos parques centrais da cidade, que são pagos. Pelo que se estão a desenvolver esforços para que esta autorização seja alargada a todos os parques, mesmo aos concessionados.



Placa indicadora de parque reservado a deficientes motores

Estacionamento de veículos automóveis de deficientes físicos